



Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Mário Celso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quicise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wandlerer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência do número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os números 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83 e 84/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números:

171/78: Do Senhor Deputado Quicise Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública o "PREVI CLUBE, CLUBE BENEFICENTE DE PREVIDÊNCIA", com sede nesta Capital. — Anote-se. Arquite-se.

198/79: Do Senhor Deputado Renato Bueno, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA REGIONAL DE CASCAVEL — SEÇÃO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Cascavel. — Anote-se. Arquite-se.

188/79: Do Senhor Deputado Renato Bueno, que declara de utilidade pública o CENTRO DE DIFUSÃO E INFORMAÇÃO LOGOSÓFICA DE CURITIBA, com sede e foro em Curitiba. — Anote-se. Arquite-se.

17/79: Do Senhor Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO LUTERANA DE GUARAPUAVA - AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA, com sede na cidade de Guarapuava. — Anote-se. Arquite-se.

187/79: Do Senhor Deputado José Tadeu Lúcio Machado, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PRO-

FESSORES DO INSTITUTO IMACULADA CONCEIÇÃO, com sede e foro na cidade de Jacarezinho. — Anote-se. Arquite-se.

185/79: Do Senhor Deputado Airtton Cordeiro, que declara de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA MISSIONÁRIOS DA LUZ, com sede e foro nesta Capital. — Anote-se. Arquite-se.

03/80: Do Senhor Deputado Ruben Valduga, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ALVORADA DO SUL, Estado do Paraná. — Anote-se. Arquite-se.

197/79: Do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a CONFERÊNCIA VICENTINA DE IBIPORÃ, com sede e foro na cidade de IBIPORÃ. — Anote-se. Arquite-se.

193/79: Do Senhor Deputado Florisvaldo Palácios, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DAS DAMAS ROTÁRIAS DE ANDIRÁ, com sede no Município de Andirá, Estado do Paraná. — Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em ata um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Geraldo Martins Ramos, ocorrido no dia 03 de junho em curso.

Geraldo Martins residiu em Alvorada do Sul, durante muitos anos, onde deixou centenas de amigos e parentes.

Requer, seja dado ciência a sua esposa Sra. Aracy Martins Ramos e filhos, através do seu parente Sr. Sebastião Gonçalves Melo, vice-Prefeito de Alvorada do Sul.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1980.

a) RUBEN VALDUGA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Fila Filho, ocorrido dia 03 último, no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada, à rua Sete de Setembro, 1963, em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1980.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado voto de congratulações pela posse da nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, que tem como Presidente RUBENS BUSCHMANN, empossado no dia 31 de maio p.p., com a presença das mais altas autoridades estaduais como o Digníssimo Senhor Secretário da Indústria e do Comércio, Sr. FERNANDO FONTANA, o Digníssimo Senhor Secretário da Justiça Dr. OTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR, Dr.

LUIZ BOSCHIROLLI Presidente do COOPAVEL e demais autoridades.

A Associação Comercial e Industrial de Cascavel, desde a sua fundação em março de 1961, vem desempenhando um papel relevante no esforço de desenvolvimento de Cascavel e Região Oeste do Paraná.

Provas cabais desse trabalho poderíamos destacar o distrito industrial de Cascavel, além de outras conquistas de pleno conhecimento público.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1980.

a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Sr. Eduardo Portela, solicitando estudos no sentido de que seja incluído no currículo escolar de primeiro e segundo graus, o ensino de ecologia.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1980.

a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

São visíveis a todo o momento, em todos os lugares as agressões que se fazem ao meio ambiente e em que pesem as medidas do Governo e das manifestações de entidades preservacionistas, a natureza está cada vez mais doente, porque, acima de qualquer ideal, está o interesse econômico. É preciso, portanto, sensibilizar os jovens que estão se iniciando nos bancos escolares para este fenômeno. O ensino obrigatório de matérias estreitamente ligados à preservação dos recursos naturais, seja no campo das ciências biológicas, físicas, de estudos sociais e de comunicação, certamente propiciaria o surgimento de uma nova mentalidade em torno de assuntos tão sérios como os que dizem respeito à ecologia, ao meio ambiente. É preciso que se implante no currículo escolar matérias com enfoque ecológico, porque, certamente, uma formação ecológica levará a resultados salutareos no futuro, uma vez que o processo educativo iniciado agora, nos bancos escolares, alcançará gerações inteiras. Com isso, o próprio relacionamento entre o meio ambiente e o homem haverá de se modificar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Negócios dos Transportes, no sentido de que seja incluída a estrada que liga os Municípios de Miraselva e Centenário do Sul, no Plano Estadual de Asfaltamento.

A presente solicitação se prende às dificuldades apresentadas principalmente na época de grandes chuvas que impedem o tráfego dos veículos que a utilizam.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1980.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado e SEGISMUNDO MORGENSTERN, Digníssimo Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando-lhes providências para que os servidores públicos do Estado possam cumprir compromissos assumidos junto ao Banco Nacional de Habitação.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1980.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os jornais do dia 30 de maio estamparam a seguinte manchete: "Casa Sobe 55% e B.N.H. justifica".

Em seu texto, o Presidente do B.N.H. disse que os 55% correspondem à variação de correção monetária no período compreendido entre maio de 1979 a maio de 1980 e AFIRMOU QUE NÃO HAVERIA PREJUÍZO PARA OS MUTUÁRIOS, PORQUE OS REAJUSTAMENTOS SALARIAIS FORAM SUPERIORES A 55%!

Seria desconhecimento de causa?

Os Servidores Públicos do Paraná obtiveram apenas 42% de aumento, dado pela Lei nº 7.258, de 30 de novembro de 1979.

Hoje, mais da metade dos 30 níveis de vencimentos estão situados abaixo do salário-mínimo regional.

Por outro lado, o Pessoal Suplementar, que recebe seus vencimentos por três categorias, conhecidas como P.S.-1; P.S.-2 e P.S.-3, distribuídas entre operários braçais; Auxiliares e Profissionais, estão ganhando, respectivamente, 1, 2 e 3 salários-mínimos, ou seja: Cr\$ 4.139,60; Cr\$ 8.299,20 e Cr\$ 12.448,80, respectivamente.

Se esses valores são considerados irrisórios, imaginem Vossas Excelências, que o nível Universitário inicial do Estado (nível 24), está fixado em apenas Cr\$ 8.515,00, e o maior nível (30), em Cr\$ 12.132,00.

Isso quer dizer que o Pessoal de Nível Universitário ainda não reclassificado, está recebendo entre pouco menos de (02) dois salários-mínimos até o teto inferior a 03 (três) salários-mínimos.

Em outras palavras: os médicos e dentistas estão ganhando menos que um auxiliar de pedreiro!

O vencimento teto de Cr\$ 12.132,00, correspondendo a menos do que 03 (três) salários-mínimos (Cr\$ 12.448,80), é uma afronta ao Funcionalismo Público Civil do Estado!

A elevação de 55% nas prestações do B.N.H., contra os 42% de reajuste de vencimentos concedidas de janeiro de 1979 até esta data, é de aterrorizar aqueles que adquiriram casa própria e de fazer pensar o que poderá acontecer com os Servidores que estão sendo chamados pelo "Programa Habitacional do I.P.E.", se providências não forem tomadas de imediato.

Se o governo não reajustar os vencimentos do Funcionalismo Público a partir de 1.º de maio e essa triste situação persistir, já em novembro teremos aproximadamente 21 (vinte e um) níveis de vencimentos encavalados no valor do salário-mínimo regional e o nível 30 corresponderá ao valor de apenas 02 (dois) salários-mínimos!

Como vemos, a situação dos Servidores Públicos do Estado não está muito longe do caos, pois, enquanto seus vencimentos diminuem, os produtos de primeira necessidade continuam a subir assustadoramente!

Daí a blague que hoje se escuta em todas as repartições do Estado: "a meta é o HOMEM ou a FOME?".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado cópia do editorial anexo ao presente, publicado pela "Folha de Londrina", de 22-05-80, sob o título "A LEGALIZAÇÃO DO BICHO", aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Segurança Pública, Procurador Geral da Justiça e Diretor da Polícia Civil, para tomarem as providências que julgarem cabíveis.

Tal editorial, que não se constitui no primeiro, traça o verdadeiro perfil da polícia judiciária diante é claro, da omissão e da conivência por parte dos encarregados de reprimir tal contravenção.

Alguma providência já deveria ser tomada, principalmente nos grandes centros, como Curitiba, Londrina e etc.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido nos trabalhos da sessão de hoje, para que conste nos Anais desta Casa, o editorial sob o título "A LEGALIZAÇÃO DO BICHO", publicado no jornal "Folha de Londrina", no dia 22 de maio de 1980.

REQUER, outrossim, que do presente seja dado ciência ao aludido jornal, na pessoa de seu Redator Chefe, Sr. Walmar Macarinni.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 73/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "PREFEITO MOACIR CORREA", a Rodovia PR-517, trecho que liga Andirá à Cidade de Itambaracá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1980.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

Moacir Correa, de saudosa memória, foi o primeiro Prefeito Municipal de Andirá, no período de 47 a 51.

Pioneiro no desbravamento daquela rica região paranaense, sua pessoa sempre mereceu o maior respeito e consideração da comunidade de Andirá, pelo seu elevado espírito público, sempre voltado às mais justas reivindicações comunitárias.

Entusiasta pelo desenvolvimento do município que ajudou a estruturar, é das mais justas a homenagem que se pretende com o presente plano de lei, a fim de que sua memória seja perpetuada em sinal de gratidão da população de Andirá, a quem, com seu trabalho e exemplo, muito contribuiu para o progresso daquele próspero município de nosso Estado.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que temos a certeza merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 74/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL DA ADOLESCENTE (A.P.A)" com sede na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1980.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A associação que se pretende declarar de utilidade pública e que anteriormente vinha funcionando com a denominação de "Casa da Adolescente", tem por objetivo o amparo a menor, órfã ou abandonada na faixa etária dos 15 aos 18 anos.

Para maior elucidação, anexamos farta documentação que a par do atendimento aos dispositivos contidos na Lei

n.º 6994/78 que regula as iniciativas desta natureza também justifica a presente medida.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso Plenário do Sr. Deputado Federal Álvaro Dias.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O homem deve ter direito garantido pela convenção dos direitos humanos de, no futuro, poder gozar de água limpa e de ar puro, de proteção contra o ruído e de locais para o descanso". Esta declaração faz parte de uma moção aprovada pela Conferência Européia de Defesa da Natureza, realizada há dez anos em Estrasburgo e assinala também que "cabe ao Estado, considerar a defesa da natureza uma tarefa política de importância primordial. Não se trata de protegê-la com uma redoma de vidro, nem satisfazer caprichos bizarros, e defender plantas e animais de espécies raras, árvores antigas ou rochas esquisitas. Não é o cimo de um monte ou um canalial à margem de um rio que estão em questão, mas uma necessidade urgente, uma defesa ativa do meio ambiente, uma configuração dinâmica, um planejamento racional e responsável".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Lembramos o texto desse documento a propósito da passagem no dia de amanhã, cinco de junho, do Dia Mundial do Meio Ambiente. Primeiramente, pretendemos somar nossas preocupações à outras centenas, se não milhares de outras, em todo o mundo relacionadas com os problemas ecológicos, não nos situando, porém, em posição meramente poética. Dez anos depois da conferência européia de defesa da natureza parece que pouco mudou e é bem possível que ao longo da década alguns passos foram dados para a frente, no sentido da preservação ecológica, mas, certamente, outro igual número de passos foi dado para trás. Se não ficamos em posição igual, os desastres ecológicos que ocorreram e que estão ocorrendo nos leva a pensar que a situação piorou. Parece que o homem, realmente se esqueceu que é membro da natureza e como tal depende de um processo ecológico facilmente destrutível e pertencente a um organismo também formado de outros seres, que não vivem independentes uns dos outros. Sem dúvida, acreditamos ser um conceito muito realístico e compreensível quando ao se analisar cada ponto, cada ângulo do vasto campo da problemática ecológica se tem consciência de todas as implicações decorrentes da atividade do "homo-faber", no meio em que vive.

A situação por que passa hoje a humanidade, é muito bem descrita pelo oceanógrafo Luiz Roberto Tommasi: "as mudanças que o homem tem provocado por destruição direta ou indireta, pela aceleração de processos naturais, são problemas muito mais graves que as mudanças naturais, às quais a natureza tem conseguido se ajustar, tem conseguido sobreviver. E o pior, é que essas mudanças não acabaram. Os continentes continuam a derivar, o clima continua a sofrer modificações aceleradas, talvez por nossas devastações, pela poluição da natureza".

Parafraseando o Engenheiro Pedro Gondim, "a poluição não é a causa, mas o efeito da degradação do meio". Degradação pela atividade do homem, que propiciou o surgimento dos grandes poluentes, responsáveis pela agressão ao ecossistema: o dióxido de carbono, monóxido de carbono, dióxido de enxofre, fosfatos, mercúrio, petróleo, chumbo, DDT, inseticidas, pesticidas, herbicidas, fungicidas e radiações diversas, estas últimas produzidas pela utilização da energia nuclear, tanto para fins industriais, como para fins bélicos. A esse respeito, nós já nos posicionamos, quando condenamos a implan-

tação de usinas nucleares, especificamente na região paranaense, por uma série de implicações. É sabido que é de grande importância na medicina e na pesquisa médica modernas, porém, as radiações podem causar males ao organismo, genéticos até, quando usadas sem o devido controle e acima das doses permitidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se hoje somos forçados a conviver quase que pacificamente com determinados parâmetros de poluição, ironicamente estabelecidos por convenções, vimos-nos obrigados a renovar nossos protestos ante mais esta investida que se prepara pelo Governo Federal. Já nos manifestamos contra a instalação de usinas nucleares e hoje reiterados nossos protestos. Estamos importando tecnologia a preços que não podem ser estimados única e exclusivamente para que o País possa dizer que dispõe de usinas nucleares, quando, com custos muito menores poder-se-ia explorar nossas riquezas hidro-elétricas. Nossas potencialidades hidro-elétricas ainda não foram exploradas em sua totalidade e para que cheguemos nesse ponto muito há que se fazer, ainda e o exemplo nós o temos aqui mesmo no Paraná. E por isso não se justificam estudos para implantação de usina nuclear em nosso Estado.

Feitas estas observações e para que o futuro de nossos filhos não se depare com uma natureza ainda mais doente, estamos encaminhando requerimento ao Excelentíssimo Ministro da Educação, solicitando que seja incluído no currículo escolar do primeiro e do segundo graus o ensino da ecologia. Entendemos que se a medida for posta em execução, uma nova mentalidade se criará em torno de assuntos ligados diretamente à preservação do meio ambiente. Dessa forma, as comunidades, certa e fatalmente, se colocarão ao lado das iniciativas governamentais no sentido da preservação dos recursos naturais. Medidas, por exemplo, como as que estão sendo tomadas pelo Governo Ney Braga, através, principalmente das Secretarias do Interior e da Agricultura, mobilizando órgãos como a SANEPAR, SUREIMA, ITC e EMATER-ACARPA. Esses órgãos, desenvolvem ações no sentido de corrigir danos já causados à natureza, nos últimos decênios.

Entre esses programas podemos citar: O de preservação de mananciais e bacias hidrográficas, visando assegurar um nível satisfatório de qualidade da água para as populações das cidades; fiscalização e controle da poluição industrial; preservação e reposição da fauna e flora nativas; estímulo à normatização de uso do solo e intensificação das práticas conservacionistas; o reflorestamento; a sensibilização da comunidade para a preservação ecológica e a preservação do equilíbrio ecológico nos alagamentos artificiais."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso, inscrito.

A Mesa solicita que o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, assuma a Segunda Secretaria.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Amanhã comemora-se o Dia consagrado mundialmente ao Meio Ambiente.

Quando se trata de ecologia ou de defesa ambiental, um dos índices vitais mais em evidência entre os cinco mais conhecidos (crescimento da população, utilização dos recursos naturais, produção de alimentos, produção industrial e poluição) é certamente, a poluição.

Tem essa palavra um significado amplo e variado, mas conserva um denominador comum que denota degradação ou deterioração do meio ambiente vital.

Existem diversas tipologias de poluição, porém as duas

mais degradantes, hoje, no mundo são: poluição da miséria e poluição da riqueza, sendo uma gerada e alimentada pela outra.

A própria CNBB lembrou muito bem em sua Campanha da Fraternidade em 1.979, dizendo que "a ausência das mínimas condições básicas para um digno teor de vida identifica-se com a poluição da miséria".

A fome está em primeiro lugar. Sem alimentação conveniente, ele não pode adaptar-se ao meio ambiente que acaba por tornar-se hostil.

O incrível é saber que 2/3 da humanidade padece de fome.

Índice que assume ares de verdadeira tragicidade. Sessenta por cento da população mundial é vítima da fome, recebendo menos de 2.000 calorias, vivendo em estado de "jejum crônico", ficando exposto a toda sorte de doenças, impedido de uma atividade normal.

Outros fatores são somados na poluição da miséria; falta de moradia adequada, carência de saneamento básico, sistema educacional deficiente, salário de fome, crescimento de índice de inflação, falta de um mercado de trabalho, proliferação das favelas (segundo o IBGE, as favelas são concentrações de casebres erguidos em terrenos geralmente de propriedade de terceiros sem arruamento, insalubres e de tal forma emaranhados que, na maioria dos casos, não oferecem condições para que se façam melhoramentos.

Caracteriza-nas a promiscuidade, enfermidade, falta de higiene, a desorganização familiar, a mortalidade infantil e a criminalidade).

Em estreita correlação com a poluição da riqueza. Fruto de um certo tipo de progresso material que não respeita a natureza, se transformando em tendência auto-destruidora do progresso.

A mais avassaladora da poluição da riqueza se encontra nos arraiais da indústria. É comum ver notícias dando conta da morte de milhares de peixes sobre nossos rios e lagoas, provocadas pelos dejetos industriais.

Nossas praias se transformam em marés vermelhas. Enquanto algumas regiões são assoladas pelas estiagens, outras são arrasadas por inundações.

Dentro do mesmo tema encontramos a "devastação florestal", uma irreparável destruição dos solos, sob o impulso da expansão do capitalismo agrário.

"Os automóveis e todos os veículos de propulsão" à base de petróleo infestam a atmosfera de gases venenosos, podendo tornar, em pouco tempo, grandes centros em verdadeiras câmaras de gás, numa espécie de envenenamento coletivo e fatal.

"Especulação imobiliária", que tomou de assalto a paisagem urbana nas grandes cidades, deteriorando perigosamente a qualidade de vida dos seus habitantes.

Na verdade a poluição da riqueza se faz com a expoliação dos recursos da natureza e com a exploração injusta dos pobres.

Em 1.954 Follereau escrevia uma carta aos presidentes da Rússia e Estados Unidos, pedindo: "Renunciem cada um a um avião de bombardeio e poderemos atender a todos os leprosos do mundo". Não recebeu resposta até hoje.

É incrível, mas o preço de um carro de combate equivale ao de oitenta tratores agrícolas. O custo de um porta-aviões é o que se gasta para alimentar durante um ano os habitantes de quatro cidades de 100.000 habitantes. Com o preço de um equipamento de uma divisão blindada poderiam construir-se 32.000 moradias de quatro quartos cada uma. Com um custo de apenas um avião de bombardeio se poderiam levantar 30 escolas modernas ou duas usinas de energia elétrica.

Outros fatos que merecem destaque:

A nível internacional admite-se oficialmente que a ação do

homem provocou a extinção de numerosas espécies de "animais". Centenas de espécies foram exterminadas e outras centenas estão ameaçadas. Quanto aos mamíferos, pelo menos uma centena de espécies foram exterminadas pelo homem e outras estão em vias de desaparecimento.

A reserva global de "água" sobre a terra permanece imutável. A crescente exigência de água paralela ao crescimento da população mundial que se torna cada vez mais alarmante criará problemas a longo prazo. Um dos grandes desafios para a sobrevivência da humanidade constituirá, certamente, num futuro não muito distante, a escassez de água doce na terra.

Dois terços da "área florestal" do mundo foram sacrificadas em favor da produção. O Brasil já sacrificou mais de quarenta por cento de suas florestas e, cada ano, a proporção aumenta, com a destruição de milhares de hectares de florestas.

A tendência para recorrer, na indústria e no aquecimento a combustíveis como por exemplo o carvão fóssil e os "derivados do petróleo", causou nos últimos anos um aumento equivalente a dez por cento de bióxido de carbono na atmosfera. O aumento desse índice poderia provocar consequências catastróficas sobre as condições atmosféricas e sobre o clima de todas as regiões.

Outro fator preocupante é o da enorme quantidade de "detritos" provocados pela produção e pelo consumo da massa. No Brasil o lixo diário atinge a toneladas, dificultando a sua eliminação.

Uma das conquistas mais extraordinárias da ciências foi a "energia nuclear", mas ao mesmo tempo é a maior ameaça que pesa sobre toda a humanidade em termos de possibilidade de sua destruição. Seus perigos são terríveis e reais. (Hiroshima: pequena bomba destruiu noventa por cento da cidade, fazendo 150.000 vítimas e 80.000 mortos, Nagasaki: outra pequena bomba com resultado de 75.000 mortos).

Devemos estar sempre prevenidos contra todas essas ameaças evidentes.

Quem é o culpado de tudo?

Aonde está a raiz de tudo?

O culpado é o próprio homem, dominado pelo pecado (egoísmo, desrespeito à natureza, escravidão pelo consumo, busca do prazer passageiro, etc.).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Túlio Zanchet, inscrito.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O êxodo rural e a concentração industrial são os fatores principais das crescentes tensões nas áreas urbanas, alarmadas por proliferações de favelas e pela crescente onda de violência.

As cidades brasileiras não têm estrutura para receber as idades a cada doze meses. Sem contar mais de dois milhões por reprodução biológica.

Sim. No Brasil de hoje, a população das cidades, notadamente das maiores, cresce de cinco milhões de pessoas por ano. E esse fenômeno espantoso vai socializando um desperdício colossal de recursos materiais e humanos. Segundo dados, a cidade gasta vinte vezes mais para hospedar na cidade a população rejeitada pelo campo.

A solução pois, o primeiro passo, é partir para mudanças progressivas na estrutura de produção da economia brasileira.

Mudança na estrutura de produção. Este é um bom tema para nós paranaenses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sudoeste do Paraná, já conhecido nacionalmente por

sua moderna suinocultura, alcança também números expressivos em sua produção agrícola. Levantamentos recentes indicam que, com apenas quatro por cento da área do Paraná, o Sudoeste participa, apenas para exemplificar, com sessenta e cinco por cento do arroz, vinte e um por cento da soja em grão, cinco por cento do trigo e trinta e um por cento do milho que nosso Estado exporta.

Em termos de suinocultura, agricultura e pecuária o Sudoeste faz-se presente em termos estaduais e nacionais.

E a industrialização? Ela que evita o passeio dos produtos, fixa a mão-de-obra, atrai investimentos, desestimula o êxodo rural, facilita a comercialização de produtos locais e regionais, leva à diversificação e especialização de mão-de-obra? Sobre isso nos reportamos agora.

Presenciamos na última semana uma série de iniciativas empresariais no Sudoeste, que vêm exatamente de encontro das necessidades de mudança na estrutura de produção, que como dissemos antes, é o primeiro passo para a melhoria da qualidade de vida das populações interioranas.

A região que nesta Casa também temos a honra de representar, industrializa-se. Grandes empreendimentos estão em fase de execução e - talvez este seja até o aspecto mais importante - por grupos de capitais e tecnologia exclusivamente nacionais.

Exemplos da crescente industrialização do Sudoeste do Paraná, apenas para destacar os mais importantes, são:

— Levantamento do capital, tendo o grupo SAIC como majoritário, para a implantação do Frigorífico Chapecó-Pr S/A, em Francisco Beltrão. Do empreendimento consta também uma moderna fábrica de rações para aves e suínos. Destacamos aqui, com justiça a figura do Dr. Plínio Denez, empresário que, acreditando na gente paranaense do Sudoeste, serve de exemplo de dinamismo a enfrentar os desafios da conjuntura nacional.

— Em Dois Vizinhos, já entra em fase de acabamento a construção do Frigorífico e Fábrica de Rações do Moinho da Lapa, do Grupo Organizações Sadia, e que tem uma atividade pioneira, não só no Paraná, mas mesmo em termos de Brasil, que é a produção, industrialização e comercialização de marreco, cujas organizações são comandadas pelo renomado empresário e político Sr. Atílio Fontana.

— Em Realeza na penúltima 2a. feira, foi assinado importante contrato que propiciará recursos para a construção de um frigorífico de aves, bem como produtos especiais destinados ao incremento da avicultura.

Em Itapejara D'Oeste, já estão em fase adiantada os estudos de um grupo econômico que visa, a curto prazo, a implantação de um modelar frigorífico de suínos.

Este é o novo quadro econômico do Sudoeste do Paraná. Preenchendo uma lacuna há tempo sentida pela região, hoje, as autoridades e os grupos empresariais, reconhecendo o dinamismo e a potencialidade da gente sudoestina, implementam os projetos industriais que desenvolver-se-ão na forma de fomento - fornecendo desde a matéria prima, seja na forma de aves ou suínos recém-nascidos, orientando o produtor em termos de assistência técnica, fornecendo rações e, finalmente, fechando o ciclo, recebendo o produto para industrialização.

O Sudoeste do Paraná, maior produtor de suínos, com expressiva produção agrícola, destaca-se agora também em termos industriais e será, em bem pouco tempo, um dos maiores produtores de aves.

A atual política desenvolvimentista vem de encontro às necessidades desta região, constituída em sua grande maioria de proprietários de minifúndios, os quais têm agora novas opções de emprego do solo e da mão-de-obra, com amplo acesso para o financiamento de instalações adequadas.

As consequências serão de longo alcance. Com rentabilidade compensadora assegurada, conseguir-se-á a fixação do

homem à região, atendendo também à demanda de uma maior força de trabalho, pois somente nestes empreendimentos serão criados, de imediato, mais de 2.000 empregos, com perspectivas sempre crescentes de aproveitamento da mão-de-obra local.

Atividades outras, como produção de aviários, silos, bebedouros, além de indústrias de metalurgia e carrocerias metálicas são exemplos do nascimento de uma nova era para o Sudoeste de nosso Estado, que, a par de vislumbrar novos horizontes para o comércio e para os orçamentos municipais, diversifica e complementa a estrutura econômica desta importante Região do Paraná.

Ao manifestarmos, desta tribuna, nossa alegria em ver que o futuro que a gente sudoestina sonhava já é presente aproveitamos a oportunidade para alertar as autoridades estaduais e federais para, acompanhando par-e-passo os novos horizontes do Sudoeste, não faltarem com o estímulo exigido, principalmente em forma de financiamentos aos produtores, em particular aos pequenos, que serão os diretamente ligados à nova estrutura econômica.

O homem do Sudoeste já respondeu ao chamamento por uma maior produção. Os empresários mostram-se confiantes no Paraná. Esperamos e temos certeza, que nossas autoridades estaduais e federais também saberão dizer presente, complementando, com recursos, o dinamismo da gente sudoestina".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Por muitas vezes temos denunciado a "CORRUPÇÃO" que se instalou neste País, nos 16 anos de Governo arbitrário. Essa "Corrupção" que se inicia em Brasília e que se estende por todos os quadrantes da Nação brasileira atingindo todos os municípios.

É famoso o caso denunciado pelo jornal "Hora do Povo" onde setecentos bilhões de cruzeiros foram depositados na Suíça por figurões da atual vida política brasileira; é famoso o escândalo no Estado do Paraná no Governo Leôn Peres; não é menos famosa a venda das ações da Valeriodoce, onde na calada da noite, fez-se com que o País tivesse um prejuízo da ordem de quinhentos milhões de cruzeiros.

Os municípios frutos da estrutura corrupta da Nação não deixaram por menos e a corrupção se generalizou nos mesmos, salvo raras e honrosas exceções, e somente para exemplificar aqui no Paraná, lembramos os casos de Umuarama, Cruzeiro do Oeste e mais recentemente Laranjeiras do Sul, onde seus prefeitos tiveram suas quedas decretadas.

Mas o que não vimos até hoje e infelizmente, é nenhum corrupto ir para a "cadeia", não vimos nenhum corrupto até agora responder pelos atos espúrios em nome deste mesmo povo, que se puna definitivamente neste País, os que praticam a corrupção e que não se forneça, como até hoje tem ocorrido aos mesmos, diplomas de inocência, honorabilidade e honra-dez, pois isso significa compactuar com aqueles que sempre vilipendiaram nossa gente que por certo mereceria tratamento diferente.

Mas hoje nos chega mais uma denúncia de corrupção que estaria sendo urdida no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal de Campo Mourão, município que orgulhosamente nesta Casa representamos e que pelo seu povo trabalhador, ordeiro e cumpridor de suas obrigações não poderíamos de nesta tarde, silenciar, pois o mesmo espera e exige das autoridades no episódio envolvidas, uma explicação de tais fatos.

Temos em nosso poder cópia da ata 102a. Sessão Ordí-

nária da 8a. Legislatura da Câmara Municipal de Campo Mourão, onde em um dos trechos da mesma, ficou lavrado o seguinte: palavras do Vereador João Teodoro de Oliveira Sobrinho "Em conversa com o Senhor Chefe do Executivo, ele nos disse, em seu Gabinete de maneira sigilosa até, que esta verba, do Ministério dos Transportes, tinha uma corrupção de doze por cento sobre aquele valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros)."

Para que os Senhores Deputados se inteirem do que ouviram temos que esclarecer o seguinte: Campo Mourão está projetando a construção de seu "Terminal Rodoviário" e para tanto deverá receber do Ministério dos Transportes a importância de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), verba esta a fundo perdido, mas pelas afirmações na ata que nos referimos, o Sr. Prefeito de Campo Mourão teria que dar não sabemos a que título a importância de Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões, oitocentos mil cruzeiros), isto é, doze por cento sobre o valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), sem o que não receberia tal verba a fundo perdido.

E o que ficamos a imaginar Srs. Deputados é que se em Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) tem que se dar Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos), quanto se daria no total do orçamento da União que é de aproximadamente um trilhão de cruzeiros?

Pelas informações que temos ou o Ministério está a romper para poder liberar verba que é um direito dos municípios brasileiros, ou a corrupção está sendo tramada nos gabinetes das Prefeituras, mas seja uma ou outra, a forma de corrupção é a mesma, e o povo não pode ser lesado, daí levantarmos nossa voz, mais uma vez em defesa desse mesmo povo que é em última instância o único prejudicado, vendo suas esperanças mais uma vez se esvaírem, pois ele que paga seus tributos, cumpre suas obrigações, só tem notícias dos desmandos, da corrupção e não vê punição para quem as pratica.

Está na hora de se por fim ao atual estado de coisas que ocorrem em nosso País quanto a esse assunto, não só em benefício do País, mas para a tranquilidade de toda a família brasileira, que não mais quer e nem pode assistir o que até agora com tristeza vem assistindo a todo o instante."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Florisvaldo Palácios, inscrito.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De 26 a 30 de maio o Governo do Estado, através da Secretaria dos Recursos Humanos, implantou o Seminário de Administração Pública e Desenvolvimento, procurando analisar as perspectivas para a década de 80 e também um trabalho feito em conjunto com a FIDEPAR.

O seminário foi instalado pelo Governador Ney Braga, no dia 26 e dele participaram o Sr. Governador, os Secretários de Estado, Diretores de Secretarias, Diretores de entidades da Administração direta e indireta, coordenadores de áreas, chefes de grupos setoriais e convidados especiais do Governo.

Os temas: — "Os grandes desafios do Executivo Público na década de 80; A administração pública e a realidade social brasileira; administração pública em desenvolvimento; o administrador público e as mudanças na sociedade; o Governo como prestador de serviços e as novas prioridades para a economia brasileira".

A finalidade seria obter conhecimento através de uma análise e debates sobre os aspectos sociais e econômicos e técnicos da Administração Pública, seu desenvolvimento dentro do contexto brasileiro para a década de 80.

Se nós verificarmos os temas lá debatidos e a participação de homens que hoje têm a direção do Executivo paranaense,

nós vemos aí, uma grande preocupação do Governo no preparo dos homens públicos, para que possa enfrentar com a realidade brasileira, ou no nosso caso, a realidade paranaense os problemas naturalmente advindos e naturais da administração pública.

E, gostaria de deixar aqui registrado, os nossos cumprimentos à Secretaria de Recursos Humanos, por esse trabalho executado, porque é muito importante na administração pública que os homens que exercem cargos principalmente no Executivo, que lidam diariamente com o público, e tem a variedade diária de problemas a serem recebidos e resolvidos, esses problemas variam de acordo com as necessidades cotidianas das áreas em que participam cada setor público. E, é importante que esses homens que exercem esses cargos, estejam preparados para que o nosso povo tenha o melhor desempenho do Executivo, o atendimento direto com maior eficiência e da forma mais rápida possível, porque, quando se trata de administrar o bem público, trata-se de agir acima de tudo, acima dos conhecimentos, agir com muita habilidade e estar altamente preparado para que, os bens públicos, tenham o destino certo e as ações públicas atinjam seus objetivos de atender ao público que lhe é inerente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Augusto Carneiro, inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“GOVERNAR É ABRIR ESTRADAS”, apregoava um Presidente do passado.

Hoje, aquilatando o nível de desenvolvimento por que passa o País e nosso Estado, como Parlamentar e representante de uma parcela de paranaenses, entendemos que, GOVERNAR NÃO É SOMENTE ABRIR NOVAS VIAS DE COMUNICAÇÃO, mas é sim uma soma conjunta de esforços, que visa a abertura de um horizonte amplo e pleno de realização, onde se divise novas idéias e perspectivas de um futuro melhor para nós e nossos filhos.

Consubstanciado nesta premissa é que usamos a tribuna para registrar nosso penhor de gratidão ao ilustre Governador Ney Braga, que atende todos os setores da Administração, bem como o RODOVIÁRIO, sabendo dar prioridade às estradas de interesse geral.

Se é dever do Parlamentar tecer críticas ao que lhe parece errado, discordar com o que não coaduna com seus princípios, opor-se ao que não se casa com seus ideais, é também sua obrigação, reconhecer os méritos maiores, elogiar e agradecer os benefícios que seu povo recebe dos seus dirigentes.

Por isto, sem demagogias ou outras atitudes não inerentes à nossa conduta política, queremos, na oportunidade, registrar nossos sinceros agradecimentos ao Governo do Paraná, pelo reinício das obras da Rodovia Campo Mourão - Pitanga, antecipando assim, o cronograma previsto para o meado de 1981. Há de se valorizar ainda mais, nosso regozijo de agora, se reportarmos-nos à longa e controvertida história que envolve esse veio de escoamento de riquezas, cujo asfaltamento o laborioso povo da região espera há vinte anos. Espera angustiosa, alimentada por seguidos requerimentos, por constantes solicitações e realimentada por incessantes promessas.

E agora, quando a região já não acreditava mais, o Governador Ney Braga, em cujo primeiro mandato foram iniciados os primeiros trabalhos de terraplanagem nessa mesma estrada, e que ficaram estagnados por todos os que lhe sucederam. Olhando com carinho e desvelo para o progresso da próspera Região Centro Oeste do Estado, como sempre o fez por todas as outras de não menos importância, determinou o reinício das obras de asfaltamento da citada Rodovia, com os trabalhos,

em alguns trechos, se desenvolvendo a todo vapor, vindo, assim, premiar o valor e a paciência de toda uma rica e laboriosa região.

E, o que devemos considerar mais atentamente, ao registrar nosso agradecimento ao ilustre Governador, é que a Rodovia Campo Mourão - Pitanga, não é propriedade apenas da região, mas é, sobretudo, um patrimônio do Paraná, visto que ela ligará o Centro Oeste e o Noroeste do Estado com a Capital e o Porto de Paragauá, facilitando o escoamento da grande produção da região, encurtando distâncias, promovendo o progresso e patrocinando conforto e economia a todos os que trabalham e habitam a área de influência da Rodovia.

E, se hoje usamos regimentalmente da oportunidade para agradecer o Governo Ney Braga, em nome do povo de Iretama e Campo Mourão, sua obsequiosa atitude, todo o Paraná deve-se unir a nós, para dizermos muito obrigado a esse grande paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que vamos abordar na tribuna, no dia de hoje, não é só uma homenagem que desejamos fazer, quando, no dia de amanhã, se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, mas, principalmente, uma grande aspiração pessoal de poder ver o Estado do Paraná contar com um organismo que verdadeiramente preserve o pouco que aí está e venha fazer do Paraná um grande Estado, com ocupação de grandes áreas de florestas e que possamos reativar novamente as nossas indústrias madeiras, de forma racional.

Já tivemos oportunidade, em 1968, quando naquela época nem pensávamos em vir a esta Casa como Deputado, de participarmos num debate organizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, quando o então Deputado Túlio Vargas conseguiu que esta Casa patrocinasse um debate sobre o problema florestal do Paraná. E mesmo dentro da organização que por longos anos presidimos, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura e o Movimento Sindical, tivemos vários contatos e várias vezes desejamos usar de nosso Movimento para que pudéssemos criar uma conscientização da necessidade de florestas, de árvores, no Estado do Paraná.

O nosso entusiasmo foi menor, quando no início de 78, há dois anos atrás, apresentamos nesta Casa um projeto para que fosse constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito, exatamente para ver o problema de florestas e de rios, etc., e, naquela época, argumentávamos como justificativa, a necessidade realmente de se mudar a política florestal, de nosso Estado.

E lembro que, nas entrevistas ou mesmo nas justificativas, defendíamos nós, não simplesmente um instituto, mas a própria Secretaria do Meio Ambiente, que viesse dentro de seu bojo, a ter o Instituto Florestal e que cuidasse de toda a política ambiental de nosso Estado.

Depois da CPI instalada, várias autoridades no setor foram convidadas, e vieram depor. Se não todos, mas pelo menos quase todos apregoavam a necessidade do Paraná ter um instituto próprio, um organismo que viesse manipular exclusivamente a política florestal do nosso Estado.

E, várias outras entidades se uniram a este movimento. Conseguiram até do Governador Ney Braga, quando estava organizando o programa de Governo, de que mandaria a esta Assembleia um projeto criando o Instituto Florestal do Paraná.

Tenho um documento aqui, entregue ao Sr. Governador no dia 16 de fevereiro de 1979, que é assinado pela Associação dos Engenheiros Florestais do Paraná, pelo Setor de Ciências Agrárias, da Escola de Florestas, e também pelo Sindicato

da Indústria Madeireira, Laminados e Compensados, do Paraná.

Neste projeto que apresentamos, resolvemos colocar como justificativa, um trabalho apresentado e já publicado, pela Imprensa do Paraná, no dia 25 de maio, e que foi assinado pelo Dr. Athos Abilhoa, que é Presidente da Associação Paranaense de Reflorestadores.

E, antes de lermos nosso projeto de lei, gostaríamos, nesta proposição que estamos sugerindo ao Governo do Estado, de ler a justificativa que acompanha o mesmo projeto. (Lê):

"01 - A importância indiscutível da atividade florestal, em todo o mundo, veio a ser enfatizada depois da eclosão da crise do petróleo, uma vez que a madeira constitui alternativa para o consumo dos seus derivados. No Brasil, desde há muito, reconhece-se essa relevância (nos aspectos econômicos, sociais e ecológicos), fato que provocou o surgimento de órgãos governamentais, voltados para a promoção de seu desenvolvimento, tanto em âmbito estadual (Institutos Estaduais de Florestas, em São Paulo e Minas Gerais), quanto no federal (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal).

Criou-se também, uma política de desenvolvimento da economia florestal, com a aplicação de fundos públicos (Incentivos Fiscais, deduzidos do Imposto de Renda), no florestamento e reflorestamento.

02 - No Paraná, Estado com incontestáveis tradições florestais e madeireiras, até o momento - paradoxalmente - não se definiu uma política estadual para o setor, nem foi criado qualquer órgão que tivesse a incumbência específica de planejar e promover a atividade florestal.

No primeiro mandato do Governador Ney Braga, chegou-se a cogitar da criação de uma Secretaria de Florestas - intenção magnífica, que não foi concretizada pelos governos posteriores.

Recentemente, no entanto, entidades ligadas ao setor empresarial privado, efetuaram gestões junto ao Governo, pleiteando a criação do Instituto Estadual de Florestas, que teria por meta a formulação e execução da política florestal de nosso Estado. O Governador Ney Braga mostrou-se sensível a essas gestões, e no momento procedem-se a estudos visando o aproveitamento das atuais estruturas do Instituto de Terras e Cartografia para a constituição do "Instituto de Terras e Florestas".

03 - Sobre tal transformação, e tendo em mãos a minuta do respectivo decreto, pedimos vênica para fazer as seguintes considerações: a Associação Paranaense de Engenheiros Florestais, quando apresentaram ao governo sugestão para a criação do Instituto Estadual de Florestas, tinham por meta a institucionalização de um órgão voltado inteiramente para o Desenvolvimento Florestal Paranaense. Um órgão, enfim, cuja filosofia e objetivo operacional prioritário fossem o Fomento da Atividade Econômica ligada aos produtos florestais.

É óbvio que inexistia qualquer posição contrária, a priori, quanto ao aproveitamento, por questão de economia e racionalidade administrativas, de estruturas já existentes, como seria o caso do atual ITC, especialmente se tais estruturas tivessem idêntica destinação, ou pudessem ser aproveitadas de forma realmente eficiente. Em princípio, portanto, nada haveria a objetar quanto à transformação do Instituto de Terras e Cartografia em "Instituto de Terras e Florestas", desde que as nossas PRIORIDADES E METAS viessem a ser atendidas.

04 - Cumpre falar em NOVAS PRIORIDADES E METAS uma vez que os objetivos do atual ITC, desde o seu nascedouro como Departamento de Terras, eram outros. A sua meta consistia na regularização das terras devolutas, especialmente na faixa de fronteira, fazendo desaparecer a confusão dominial

resultante da superposição de títulos federais, estaduais e particulares. Objetivava, igualmente, executar PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO, a par de titulação de áreas devolutas para o domínio privado.

Em suma: as suas atribuições sem dúvida relevantes, não se incluíam quaisquer que fossem vinculadas à POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, como atividade econômica. Numa comparação: o ITC possuía funções análogas às do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no âmbito federal, e não às do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Uma coisa enfim, é promover a colonização, a regularização fundiária, o levantamento cartográfico; outra, é promover a silvicultura.

05 - E o que se verifica da leitura da minuta do decreto? Leia-se o art. 5.º :

"O Instituto é uma entidade executora da política do Estado, no que se refere ao desenvolvimento e estabilidade do meio rural; a discriminação de terras públicas, à colonização; a proteção e fomento da flora e fauna; a execução de serviços cartográficos, ao cadastro territorial rural e estatística imobiliária".

Ou seja: o primeiro objetivo do novo Instituto continuará sendo a regularização da situação fundiária do Estado. Onde a prioridade para o desenvolvimento florestal do Estado? No meio de todas as metas, inseriu-se o pequeno item "Proteção e fomento da flora e fauna", mais apropriado às finalidades de uma entidade conservacionista.

06 - Além disto, note-se que os itens prioritários da competência do novo Instituto (de I a XV), dizem respeito exclusivamente a aspectos de COLONIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. No parágrafo único do aludido artigo, fica patente essa escala de prioridades:

"Constitui OBJETIVO IMEDIATO do ITF, a promoção de medidas junto a organismos federais, notadamente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, visando a REGULARIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE ÁREAS SITUADAS NA FAIXA DE FRONTEIRA do Estado do Paraná, podendo para isso, entabular entendimentos, firmar convênios, aditivos e outros atos necessários à consecução daquela meta de REGULARIZAÇÃO DOMINIAL".

07 - Ora, ao mesmo tempo que é inquestionável a relevância destas metas, também resulta que a prioridade dada às mesmas relegará a um segundo plano o objetivo específico da promoção do Desenvolvimento Florestal do Estado. Note-se ainda, que as duas primeiras metas - regularização fundiária e colonização - são TRANSITÓRIAS, notadamente no Paraná, onde praticamente não mais existem terras devolutas ou públicas, enquanto que a atividade florestal se caracteriza pela sua PERENIDADE. Vê-se pois, que no novo Instituto, o setor TRANSITÓRIO É PRIORITÁRIO (desde a denominação do Instituto: De Terras e Florestas ...), enquanto que o PERMANENTE recebe tratamento e atenções secundários.

08 - Outro ponto, ligado à estrutura organizacional do novo Instituto: possui ele três diretorias, provavelmente vinculadas às três grandes áreas de atividade propostas:

- a) regularização fundiária e colonização;
- b) proteção e fomento da flora e fauna;
- c) serviços cartográficos.

Verifica-se, inicialmente, um equívoco de organização e métodos, uma vez que serviços cartográficos constituem "staff" (ou assessoria), e não órgão de linha. Verifica-se também que o pessoal ligado às antigas atribuições do Instituto (Terras e Cartografia), teria sempre predominância sobre aquele integrante do

setor silvicultural, mercê dos votos de duas diretorias.

09 — Essas observações não devem ser entendidas como resultantes de qualquer restrição ao atual ITC. Trata-se, simplesmente, de não perder de vista o objetivo da criação do Instituto de Florestas (por que não Instituto Paranaense de Desenvolvimento Florestal?), e de dotá-lo de estruturas voltadas específica, prioritária, e permanente para o Fomento da Silvicultura em nosso Estado. Se a organização já existente — o ITC — for redirecionada, adotando a nova filosofia e prioridades — o objetivo será alcançado.

CONCLUSÃO

10 — Por que, para concluir, tão grande preocupação em torno do desenvolvimento florestal do Estado? Por diversos e importantíssimos motivos.

1) aproximadamente 30% da força industrial paranaense estão ligados ao setor dos produtos florestais, enquanto que a cobertura florestal do Estado foi reduzida de 87% para 8% do seu território;

2) o parque industrial, à míngua de abastecimento de matéria-prima oriunda de nossas florestas, já começou a importar madeira, até mesmo da Amazônia (valendo lembrar o recentíssimo caso das toras oriundas do Pará);

3) O Paraná, a menos que tome medidas urgentíssimas de fomento da silvicultura, passará de EXPORTADOR PARA IMPORTADOR DE MADEIRA e desativará grande parte do parque industrial respectivo, com seriíssimos prejuízos sociais e econômicos.

11 — Esse, o lado negativo; mas há o outro, o das potencialidades, face à explosiva valorização dos produtos florestais, em todo o mundo.

Considerada a tradição paranaense no setor; considerada a concentração industrial já existente, com todos os ganhos de escala e de valor agregado — resulta certo que imensos benefícios sociais, econômicos, ecológicos — poderão ser criados para o Paraná, através do fomento da silvicultura.

Vale lembrar que a eclosão da crise do petróleo abriu fabulosas perspectivas para os produtos alternativos — especialmente para a madeira. Além dos setores tradicionais que utilizam a madeira — celulose e papel, madeira aglomerada, processada mecanicamente, construção civil, mobiliário — surge um novo e amplo horizonte: O DA MADEIRA PARA FINALIDADE ENERGÉTICAS. Carvão vegetal, metanol, etanol, lenha como combustível — eis os produtos que deverão substituir grande parte dos derivados de petróleo.

O Paraná deverá criar um Distrito Florestal Energético, na região de maior concentração demográfica e industrial, e onde ainda exista disponibilidade fundiária, E PARA TANTO A ATUAÇÃO DO GOVERNO SERÁ DECISIVA. E como fazê-lo sem um instrumento ágil, especializado, com as vistas (e o coração) permanentemente voltados para o desenvolvimento de nossas florestas? A tarefa é urgente, complexa, difícil. Trata-se do aproveitamento de potencialidades capazes de criar grandes riquezas para os paranaenses e os brasileiros. Não se trata de assunto menor, que possa ser relegado a segundo plano, ou que admita conviver com outras prioridades."

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Realmente, hoje, como certa vez ouvi uma exposição numa CPI da Ecologia aqui na Assembléia: "Nós vivemos num Estado careca", e está bem — pelo menos aqueles que tiveram oportunidade de assistir televisão nesses dias — está bem em nós ainda a imagem dos desertos que se estão transformando no Norte e Nordeste deste País.

Desertos que estão se formando no próprio Estado do Paraná, o próprio desmatamento, a não recuperação do solo através da criação de florestas, está levando o Estado, tanto através da União como do próprio Estado, a enterrar milhões e mi-

lhões de cruzeiros em combate à erosão, principalmente na região Noroeste do Paraná, uma região que ocupa hoje um terço do nosso Estado, com cento e tantos municípios que se joga milhões e milhões de cruzeiros.

Porque não, ao invés de jogar dinheiro vivo no chão, que faz tanta falta para a saúde, para a educação e para tantos outros setores, também prioritários da vida nacional, porque ao invés de enterrar dinheiro no chão, não se enterra a raiz de uma árvore que amanhã se garantirá um futuro equilíbrio ecológico não só do nosso Estado, mas também do nosso País.

Nestas condições, Sr. Presidente, Senhores Deputados, de maneira nenhuma, tentando ferir quem quer que seja, que sabemos que algumas pessoas, principalmente da área da agricultura do Paraná, são contrárias à criação do Instituto de Florestas e se nós apresentamos isso não é como alternativa simplesmente, mas é realmente para que um órgão, definitivamente, tome conta do setor florestal do nosso Estado.

Não adianta, na Semana da Árvore, no mês de setembro, distribuir mudinhas e mais mudinhas em praça pública ou nos colégios, não é isto que resolve e nem que equilibra ecologicamente o nosso Estado. Não adianta, se não tomarmos medidas realmente concretas, distribuir formulários em Correios para que se faça e apresente queixa ao crime ecológico; Londrina que é a cidade de onde viemos está lá com grande crime ecológico, há mais de um ano. Seco o Lago Igapó. Toda aquela região quase um terço da cidade de Londrina, principalmente nos dias de chuva, se torna quase que insustentável ficar dentro de casa ou naquela região, pela fedentina que exala do Lago Igapó, hoje seco e totalmente poluído pelas indústrias que se instalaram na cabeceira daquele lago.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência sempre que ocupa a tribuna, aborda nesta casa, assunto de alta relevância, mas sempre tenho apartado Vossa Excelência com pessimismo e hoje novamente. Há poucos dias a macaquice paranaense vibrou tremendamente quando, pela televisão, um navio aportou em Paranaguá e para surpresa até deste Deputado e acredito de muitos paranaenses, nós descobrimos um fato — a nossa negligência talvez seja responsável por isso — redescobrimos que no Paraná já não temos mais florestas, estamos exportando madeira para outros países. A macaquice paranaense, ao assistir pela televisão vendo um moderno navio carregando madeira — pinho paranaense —, pinho paranaense que já não existe mais, para outros países.

Por isso, o meu pessimismo. Não creio que tenhamos outra saída a não ser uma mudança radical desse sistema político que aí está, porque para encher os bolsos dos grandes, dos magnatas e principalmente para dar algumas divisas a este País, se faz tudo, inclusive vender pinho paranaense que já não existe mais. Nós, dentro de alguns anos não teremos nem pinhão para plantar pinheiro, porque a ganância dos Delfins Netos deste País, dos Simonsens, dos Golberys, é tão grande, que não respeitam mais nem o último pinheirinho paranaense. A ganância por divisas é tão grande, que eles nos engambelam através da televisão e vibramos quando um navio aporta, um navio moderno, aporta e é televisionado carregando pinho paranaense. Obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado pelo aparte nobre Deputado. E, para encerrar Sr. Presidente, gostaria rapidamente de fazer a leitura do projeto de lei. (Lê):

"PROJETO DE LEI N.º 75/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Instituto Florestal, órgão autárquico, dotado de personalidade jurídica e subordinado à Secretaria da Agricultura, com o fim especial de realizar e executar a política florestal do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Ao Instituto Florestal, que terá sede na Capital

do Estado, compete promover a coordenação e execução da política florestal do Paraná, com observância do Código Florestal, Lei n.º 4.771, de 15/09/65, e demais legislações pertinentes, adotando uma atuação dentro das seguintes prioridades:

I — Promover, mediante delegação de poderes do IBDF, a fiscalização e orientação das explorações das florestas de rendimento e a conservação das florestas protetoras remanescentes e parques florestais estaduais.

II — Prestar assistência técnica e facilitar o reflorestamento natural e artificial, promovendo a execução do Projeto de recuperação florestal das matas ciliares.

III — No seu programa de recuperação florestal do Estado, o Instituto deverá promover o reflorestamento de espécies nativas de madeiras consideradas nobres, a fim de assegurar a perpetuidade dessas espécies e a sua exploração econômica.

IV — Todo o acervo e instalações florestais, a saber:

a) — viveiros florestais da Secretaria da Agricultura;

b) — estações de pesquisas florestais;

c) — parques e florestas públicas passarão a partir desta lei ao patrimônio do Instituto Florestal, que o administrará, visando sua conservação ou exploração técnica.

V — Realizar um completo inventário florestal, quantitativo e qualitativo, do revestimento florístico do Estado do Paraná.

Art. 3.º — O Instituto Florestal será dirigido por uma Diretoria composta de três Diretores, recrutados entre técnicos de renomada capacidade e nomeados pela Secretaria da Agricultura, assim constituída:

Diretor Presidente

Diretor de Desenvolvimento Florestal

Diretor Administrativo.

Art. 4.º — DOS RECURSOS

Os recursos para manutenção do Instituto Florestal do Estado do Paraná terão entre outras as seguintes fontes de rendas:

1 — o equivalente a 2% do ICM cobrados sobre todos os produtos florestais industrializados ou "in natura";

2 — as cobranças de taxas de licença para desmatamento, em vigor por força de convênios com o IBDF, passarão para a competência do Instituto Florestal;

3 — os recursos repassados pelo IBDF, oriundos do Fundo de Reposição obrigatória, com base nas Portarias Interministeriais do Ministério de Minas e Energia e Ministério da Agricultura, que são repassados ao Governo do Estado, serão destinados diretamente ao Orçamento do Instituto Florestal;

4 — os serviços florestais do Estado, subordinados à Secretaria da Agricultura e a outros órgãos, farão parte deste Instituto Florestal, com a respectiva verba orçamentária;

5 — será consignada nos orçamentos da Secretaria da Agricultura, anualmente, uma verba específica para manutenção do Instituto Florestal.

I — Para atender as despesas das instalações do Instituto Florestal no ano de 1980, fica o Executivo autorizado a dispendir uma verba até a importância de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

Art. 5.º — O Instituto, por delegação do IBDF, protegerá e estimulará a multiplicação da fauna no território paranaense.

Art. 6.º — O pessoal técnico e administrativo, será admitido e contratado pela Diretoria do Instituto Florestal.

Art. 7.º — O Instituto enviará, anualmente, ao Tribunal de Contas, as suas Contas para serem julgadas.

Art. 8.º — A presente lei será regulamentada 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1980."

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Concedo o aparte ao Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Eu quero fazer um ligeiro aparte, para me parabenizar com Vossa Excelência pela iniciativa do pronunciamento, do Projeto que acaba de ler e apresentar nesta Casa.

No nosso entendimento, é um projeto que deve carecer um estudo apurado, que, à primeira vista, nos parece perfeitamente viável. E, levando-se em consideração, da necessidade urgente de que se possa reflorestar principalmente a Região que Vossa Excelência falou, que é o Noroeste do Estado, que conhecemos, esta região que é ambição dos proprietários rurais, fez com que a desmatamento fosse de 100%, contrariando o que dizia e o que estava escrito e preservado nos títulos de terras concedidos a todos os proprietários daquela região, que deveriam ser preservados 25% da área de florestas. No entanto, isto não foi cumprido e deve ser agora por um outro órgão, criado de acordo com o projeto de Vossa Excelência, ser reestabelecida aquela falha que houve em outras época.

Meus parabéns a Vossa Excelência.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lázaro Dumont, gostaria, neste momento, de dizer que Vossa Excelência presta uma grande homenagem nesta semana em que se comemora a Proteção ao Meio Ambiente. Digo que se comemora, realmente, porque nunca, na História deste País, a Sociedade brasileira foi tão mobilizada como neste ano, para destacar a importância da Ecologia.

Este Instituto que Vossa Excelência propõe, o Instituto Florestal, será talvez um dos instrumentos tão importantes para que, no Paraná, a luta de um homem como João Bigarella tenha continuidade com esforço profundamente responsável.

Por isto, Deputado Lázaro Dumont, eu o cumprimento, sempre que vai à tribuna nos traz assuntos de relevada importância e creia, Vossa Excelência presta uma grande homenagem ao meio-ambiente, aos estudiosos do meio-ambiente e, principalmente, às crianças do Brasil que, nesta semana, estão em todas as escolas, procurando a consciência do que é proteger o meio-ambiente para salvar o próprio homem.

Meus parabéns pela sua iniciativa.

O Sr. Nelson Friedrich — Permite-me um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Lamento, nobre Deputado Nelson Friedrich. Pediria permissão, Sr. Presidente, nada mais do que dez segundos, para deixar aqui registrada a palavra de Paulo de Tarso Alvim, um grande amante da natureza.

Ele diz o seguinte:

"A conservação dos recursos do ambiente é importante, não somente porque amamos a natureza ou desejamos proteger plantas e animais que se encontram em perigo de desaparecimento. Estas são, em geral, as justificativas mais apregoadas pelos naturalistas. Existe, no entanto, uma justificativa mais importante, necessitamos proteger a nós mesmos, salvamos nossa própria pele."

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário da liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na Legislatura passada, o Deputado Maurício Fruet apresentou projeto de lei, nesta Casa, que dispunha sobre a reciprocidade de contagem de tempo de serviço dos funcionários públicos com outras atividades e vice-versa, lei esta que já existe na Legislação Federal.

O Sr. Governador achou por bem vetar, aquela iniciativa, e esta Casa acatou o veto de Sua Excelência.

A Assembléia do Paraná, neste mês de maio passado, apreciando uma Mensagem do Governador que deu nova redação à Lei n.º 7.074, de janeiro de 79, que trata da organização da Procuradoria Geral do Estado, aprovou esta Mensagem Governamental, ao apreciá-la. E confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Que muitas vezes, pelo trabalho que a Assembléia desenvolve, pela maneira como os Srs. Deputados trabalham nesta Casa, passam despercebidas algumas questões, fato que ocorreu na votação da Mensagem Governamental, aprovada nesta Casa.

No bojo da Mensagem, uma emenda de autoria do Deputado Erondy Silvério, que esta Casa aprovou deu a alguns elementos do Tribunal de Contas deste Estado, o que eu poderia considerar como uma abertura, para que se implantasse neste Estado a chamada reciprocidade. Se esta Casa leu a Emenda do Sr. Deputado Erondy Silvério, não entendeu, pior foi a sua aprovação. O processo voltou com dois vetos pouco importantes; mas aquela emenda já se constitui em Lei e hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que fazemos parte desta Assembléia, nós que no dia a dia discutimos uma série de problemas deste Estado, não poderíamos deixar de vir à esta tribuna, para dizer que realmente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná errou. Todavia, este benefício que dá aos Auditores do Tribunal de Contas e aos Procuradores e aos Conselheiros, a contagem de 15 anos de serviço, desde que provado através de um órgão de classe, em verdade, entendo, que benefício a uma minoria neste Estado, foi premiada, com o que poderíamos chamar de reciprocidade. Porque então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador desse Estado, que aliás bem citado pelo Deputado Airton Cordeiro, em seu requerimento apresentado no dia de ontem, o qual pedimos para discutir, quando diz: que pela última vez, neste Estado se reclassificou o funcionalismo público, há 20 anos atrás, no primeiro Governo do Sr. Ney Braga.

Pergunto, então: por quê o Governador do Estado que parece agora pretender nova reclassificação, com a autoridade que tem, com a força que tem, não manda a esta Casa também Mensagem Governamental para que aqui se aprove, para que se faça justiça e se aplique, neste Estado, a reciprocidade, como se aplicou aos Conselheiros, Auditores e etc., do Tribunal de Contas do Estado?

Justo é, o homem que trabalha, possa contar o tempo do trabalho na sua vida, pouco importa se primeiro ele foi comerciante e depois funcionário público; pouco importa se ele foi funcionário público e achou por bem sair da função pública e praticar outra profissão.

O que importa é o trabalho do homem; o que importa é o esforço que ele deu em benefício do seu Estado, do seu município, através do seu trabalho.

Justo é, então, que se dê condições a ele de uma melhoria em termos de aposentadoria.

Há necessidade de dar melhores condições ao funcionário público, principalmente no que diz respeito à mulher. E o Sr. Governador do Estado vetou também o projeto de lei de autoria do Deputado Ezequias Losso, que pretendia os adicionais à mulher, nos últimos cinco anos, antes da sua aposentadoria. Está lá contido, "ao funcionário público, através do artigo 70, inciso 2.º, da Constituição do Estado: "Os adicionais de 5% até o máximo de 25%, depois de 30 anos de serviço".

A mulher se aposenta aos 30 anos, e, para levar esses adicionais, tem que trabalhar 35, quando deveria a mulher começar a contar os adicionais a partir dos 25 anos.

Essa é outra sugestão que faço ao Sr. Governador do Estado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Realmente a Assembléia do Paraná errou; realmente se beneficiou o Tribunal de Contas do Estado, através dos seus Conselheiros, Auditores e Procuradores.

Fica ao julgamento dos Senhores o que eu coloquei aqui.

Acho que deveríamos aproveitar a oportunidade em dizermos que se a Assembléia errou, e acertemos agora, os quatro Partidos, nesta Assembléia, pedindo ao Senhor Governador que mande a esta Casa o benefício para a funcionária pública que não tem os adicionais; mande para esta Casa Mensagem para que se possa fazer com que o funcionário conte um tempo de serviço melhor em função de anteriormente ter exercido outra profissão.

Assim, Sr. Presidente, encerro, deixando não muito bem explicada a questão aqui em Plenário, mas deixando à consideração de cada um para que possamos melhorar um pouco a vida da nossa gente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado ao PMDB, concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Deputado Fiori Luiz e os cinco minutos restantes para o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "SE SER LIVRE É PASSAR FOME, NÃO BASTA SER LIVRE, NÃO."

Este velho refrão popular, define claramente o momento brasileiro.

A Constituição assegura aos trabalhadores, salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as suas necessidades normais e as de sua família.

Está provado que papel aceita tudo. O proletariado nacional vive num estado latente de miserabilidade absoluta.

Há dias, o Brigadeiro Délio Jardim de Matos, Ministro da Aeronáutica, declarava à imprensa: "NÓS JÁ ESTAMOS SABENDO CONVIVER COM A INFLAÇÃO." "Nós" quem, Senhor Ministro? Depende da interpretação. Estaria o Senhor Brigadeiro falando da classe dominante? Daquelles que estão mergulhados nas mordomias oficiais? Porque o povo, Senhor Ministro, o povo desde 1964 está convivendo com a miséria, com a doença, com o desemprego, com a mortalidade infantil, com a desgraça. E foram empurrados para isso, por um regime de exceção.

Muita gente que está ocupando cargos e funções importantes, defende com unhas e dentes o modelo antigo.

Um modelo que criou muitos problemas econômicos e muita pobreza para o povo. Os mais sofrendores e prejudicados não estão contentes, mas os outros não querem deixar mudar o modelo.

Olhando-se números, taxas e estatísticas, têm-se a impressão de que o Brasil vai bem, mas na realidade o povo vai mal. O Brasil como nação está enterrado em dívidas, às portas da falência, e os brasileiros cheios de pobreza e miséria.

O Brigadeiro Délio Jardim de Matos, nos seus altos vãos, deveria ficar na sua especialidade. Não é uma voz autorizada, nem em economia, nem em política.

O Sr. Ministro da Aeronáutica deveria saber que o dinheiro e a riqueza cada vez saem dos mais pobres e vão parar nos pequenos grupos mais ricos. Que, comparando um chefe de família que ganha 200 vezes o que ganha outro chefe de família pobre de 5 pessoas (pai, mãe, 3 filhos), chega-se à conclusão que o mais rico ganha num mês para sustentar 5 pessoas, o que 200 ganham para sustentar 1.000 pessoas. O problema sério está no conjunto e no funcionamento da estrutura, que leva ricos a ficarem mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres.

Vejamos o exemplo do bolo do Delfim: sabemos que atualmente em 100 brasileiros: 40 dos mais pobres recebem 8 pedaços; um rico entre os mais ricos, sozinho, recebe 17 pedaços.

Será que o povo aprendeu a conviver com a inflação, Senhor Ministro? Vejamos: para um trabalhador que ganhava

salário mínimo, que era em abril de Cr\$ 2.932,00, para comprar a chamada Ração Essencial Mínima para uma família de 2 adultos e 2 crianças se alimentarem no mês, ele gastava Cr\$... 2.173,85, setenta e quatro por cento do seu rendimento. Precisava trabalhar 178 horas para adquirir 6 kg de carne, 7 litros de leite, 4,5 kg de feijão, 3 kg arroz, 1,5 kg de farinha, 6 kg de batatas, 6 kg de pão e mais: tomate, café, açúcar, banha, manteiga. Com o orçamento totalmente comprometido com alimentação, como é que o trabalhador faz para pagar aluguel, vestuário, transporte, saúde, educação e cultura, recreação, limpeza doméstica e higiene pessoal? O transporte aumentou, nos últimos 12 meses, cento e dois por cento; a alimentação cresceu 83,7 por cento no mesmo período.

Segundo os cálculos da Fundação Getúlio Vargas, a taxa anual de inflação chegará aos cem por cento. A política econômica do Governo está desmoralizada, perdeu a credibilidade.

A revista "Multinational Monitor", editada em Washington, prevê para breve a adoção pelo governo brasileiro de um "pacote" destinado a conter os aumentos de salários, reduzir o crédito subsidiado e limitar os projetos de desenvolvimento rural. O artigo tem o título de "O desvanecente milagre econômico", e fala abertamente na possibilidade de o Brasil deslizar para a "hiperinflação".

É esse o resultado de 16 anos de regime militar. Regime que se mostra incapaz de deter a marcha da inflação que começou em 64, nas pontas das baionetas.

Vivemos ainda no Brasil um regime de escravatura. Ontem, os donos do engenho, os senhores; hoje, a alta burguesia, as grandes indústrias, os latifundiários. E o trabalhador braçal, mais escravo do que nunca.

O governo vê o problema do governo e não o problema do povo. Nenhum País consegue um verdadeiro progresso, desperdiçando os valores e capacidades do povo.

Talvez a vertigem do poder tenha confundido o Brigadeiro Délio Jardim de Matos ao afirmar que "nós já estamos sabendo conviver com a inflação".

Diz um ditado: "Não vá o sapateiro, além das chinelas." Isso significa que sapateiro deve cuidar de sapato. Ou então provar que conhece outras coisas.

O Brigadeiro perdeu suas referências por falta de radar político.

Imaginemos que o Delfim Neto resolvesse falar sobre campos de pouso, novos aviões, padrões técnicos da aeronáutica? Ele não está proibido de falar, mas teria que provar que conhece o assunto.

Assim também o Ministro da Aeronáutica, para falar sobre coisas como povo, à cuja categoria não pertence, teria que ter pelo menos sensibilidade e conviver com os setores populares, percebendo-lhes as dificuldades, a sua luta em favor de dias melhores e o esforço em favor da produção brasileira.

O Brasil, Sr. Ministro, é uma bomba de cento e vinte milhões de megatons, prestes a explodir. Queremos "Ordem e Progresso" sim, mas não **Ordem** para o povo e **Progresso** para os grupos nacionais e internacionais.

Talvez a gente localize no Banco do Brasil S/A, a resposta do Ministro da Aeronáutica, para a afirmativa "nós já estamos sabendo conviver com a inflação". Afinal, o Banco do Brasil terá um lucro no primeiro semestre deste ano de vinte bilhões de cruzeiros, o que dá aproximadamente três bilhões e trezentos milhões por mês, o que dá aproximadamente cem milhões de cruzeiros, **POR DIA**, lucro líquido. O "nós" do Ministro deve ser o Banco do Brasil. Com toda certeza ...

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, por sete minutos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com muita honra que, em nome da Liderança, comunico à Casa que, na próxima terça-feira, no Senado Federal, o nosso ilustre companheiro de Bancada, José Tavares, por convocação da CPI que investiga a "violência urbana", suas causas e consequências, irá depor naquela CPI.

Para nossa Bancada, e acredito para toda a Assembléia, é uma honra saber que o ilustre Deputado irá prestar o seu depoimento sobre o assunto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o amoralismo passou a ser norma nacional. Há poucos dias, assistíamos estarecidos na televisão, um Deputado que provavelmente nunca havia aparecido, até ser usado como porta-voz governamental e que deve ter procurado o mais medíocre de todos, para apresentar a emenda que adia as eleições, o Deputado Anísio Souza. Disse ele textualmente no Jornal Nacional. "Dentro em breve, não haverá nesse País um só parlamentar, da situação ou da oposição, que esteja contra a minha emenda, pois as pressões de vereadores e prefeitos, será tal, que não poderão resistir", disse no Jornal Nacional.

Rebaixa vereadores e prefeitos, como se eles fossem os únicos interessados no adiamento das eleições. Rebaixa totalmente, todos os parlamentares brasileiros, que são acusados de receberem pressões, desconhece o povo. Mas, uma coisa positiva fica da sua voz, decreta aquilo que decretado já estava, ou seja, o divórcio do Governo com a Nação. Mas, o amoralismo como norma Nacional, não parou aí e pasmem Srs. Deputados, daquele do qual mais do que de ninguém, se deve esperar a verdade, parte o principal amoralismo dos últimos dias, exatamente do Ministro da Justiça, Abi Ackel.

O seu amoralismo superou tudo, daquilo que temos visto, lido e ouvido neste País nestes últimos anos. Que disse o Sr. Abi Ackel ontem na televisão, e que hoje, estampado está nos jornais?

Sem ficar ruborizado, diz o seguinte: "as causas do adiamento das eleições, provêm da Reforma Partidária" e, sem estar ruborizado diz mais: "que não tem nenhum conhecimento de pressões por parte do Governo, para inviabilizar essas eleições". Vejam uma contradição, foi o próprio Sr. Abi Ackel que se rebelou então, contra o seu partido a ARENA, ele que era Deputado e é Deputado, e que sofreu pressões, que se rebelou contra a Reforma Partidária e toda a oposição nesse País levantou a sua voz contra a Reforma Partidária, porque já havia ali, embutidas razões que seriam buscadas para adiarem as eleições desse ano.

As suas cotrações, a sua falta de vergonha para com este País, chegou ao extremo, de acusar homens como Tancredo Neves e Magalhães Pinto, este seu antigo companheiro de Bancada.

Este homem de memória curta está esquecido, que há pouco tempo atrás, era um dos dissidentes do Governo. Foi um dos homens que negociou a aprovação da Reforma Partidária em troca da queda das sublegendas, logo depois restabelecidas pelo Presidente da República, num dos atos mais desavergonhados deste País, quando a palavra da Liderança da ARENA não valeu, porque valeu mais forte o interesse do Palácio do Planalto em uma das vezes em que mais se rebaixou o parlamento deste País.

Mas o Sr. Abi Ackel tem memória curta mas inteligência grande, porque se consegue colocar na televisão e nos jornais, com manchetes como esta que hoje vemos no nosso jornal Diário do Paraná, "falta de eleições é culpa das oposições". Ele consegue vender o seu peixe, é inteligente, tão inteligente como aqueles grandes assaltantes que existem neste País, que fazem grandes assaltos e não vão para as cadeias, tão inteligentes como os homens das multinacionais, tão inteligentes como os ex-Ministros que sabem preparar os seus futuros empregos. Não é a Oposição que está inviabilizando as eleições; porque o meu partido e acredito que condições haveriam

para os demais partidos, mas o MDB e em seu nome falo, está com existência legal. Em muitos municípios deste Paraná, poderíamos inclusive lançar candidatos respeitando os prazos que a legislação eleitoral determina.

Talvez, Srs. Deputados, devêssemos discutir até a prorrogação das eleições, o adiamento das eleições em outro tom. Mas o que preocupa, o que realmente preocupa, é o amoralismo, é a falta de vergonha até do Ministro da Justiça. E como muito bem disse um comentarista, ontem ou anteontem, o Sr. Abi Ackel, infelizmente, não escreverá o seu nome ao lado de um Milton Campos, de um Petrônio Portela, mas já tem assegurado o seu nome ao lado de um Armando Falcão, ou de tantos outros que já infelicitaram esta Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a liderança do Partido Popular.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente. Srs. Deputados. (Lê):

“Tivemos, Srs. Deputados, nos últimos tempos da primeira sessão legislativa desta Legislatura, em 1979, lançar a idéia da criação de uma Universidade Rural, a ser localizada no Oeste Paranaense.

Nada mais fizemos do que interpretar justa aspiração da população do Paraná, de indubitável vocação agropecuária, e, por esse motivo, ávida de conhecimentos especializados e de tecnologia mais apurada.

O nosso grito ecoou em todos os quadrantes do Estado, como ecoou igualmente em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no sul de São Paulo e nos dois Estados de Mato Grosso.

A Universidade Rural, pela própria natureza de suas atividades, estaria promovendo estudos e pesquisas sobre as culturas anuais, bianuais e permanentes de cada região, com experiências sobre as influências mesológicas nas plantas, sobre as variedades de cada espécie mais adequada ao clima e ao solo, e sobre os plantéis de fato que povoam os nossos campos.

Em virtude do importante papel que a Universidade Rural poderá desempenhar no processo desenvolvimentista paranaense e do centro-sul do País, e em virtude de favorecer ela a permanência, na própria região de origem, de toda a garbosa juventude, interessada em estudar para poder ser útil, tratamos, na oportunidade do lançamento da idéia, de solicitar que a mesma fosse transmitida ao Presidente da República, a diversos ministros e ao Governador do Estado.

Houve um fato curioso: De inúmeros municípios paranaenses, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, dos dois Mato Grosso e até de São Paulo, tão bem provido com o Instituto Agrônomo de Campinas e com a Escola de Piracicaba, recebemos entusiásticas mensagens de apoio. Das autoridades, porém, nada recebemos, nem mesmo a comunicação do recebimento de nosso expediente. O silêncio oficial atesta o descaso pela sorte de duas atividades fundamentais da economia paranaense, e que tanto têm ajudado o Brasil na luta contra os credores externos, por sermos, com a nossa exportação, valiosos geradores de divisas.

O Estado do Rio de Janeiro alicerça a sua economia na lavoura canavieira. Sabemos que, agora esta, a agricultura é incipiente naquele Estado. E, no entanto, o Estado do Rio de Janeiro conta com conhecida Universidade Rural, localizada no quilômetro 47 da via Dutra, entre a capital carioca e São Paulo.

Se isto acontece com o Estado do Rio de Janeiro, com muito maior razão deveria estar acontecendo no Paraná, de agricultura e de pecuária exuberantes.

Não podemos deixar cair no vazio o nosso apelo, no sentido da criação da Universidade Rural, de preferência com localização, por mais adequada, no Município de Assis Chateaubriand. Temos certeza de que até particulares se proporão a doar ao Governo do Estado, ou ao Governo Federal, a área de terras necessária à implantação do pretendido estabelecimento de ensino superior. Esperamos, tão somente, que os poderes públicos se sensibilizem, e que venham ao encontro desta justa aspiração do povo paranaense.

Requeremos, pois, que após ouvido o Plenário da Casa, sejam expedidos telegramas, do seguinte teor, aos Senhores Presidente da República; Ministros da Agricultura, Planejamento, Educação e Cultura e Indústria e Comércio; Governador do Estado e Secretário da Agricultura:

“Assembléia Legislativa apoia iniciativa patriótica Deputado Edilson Alencar et apela vossencia sentido prestigiamento criação Universidade Rural vg preferentemente localização Assis Chateaubriand vg visando aperfeiçoamento tecnológico juventude estudiosa centro-sul País para desenvolvimento maior agricultura et pecuária vg fontes primordiais riqueza nacional pt
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nós solicitamos a palavra para encaminhar à Mesa um requerimento do seguinte teor: (Lê):

“Sr. Presidente.

O noticiário dos jornais e de televisão nos dão conta da ocorrência de um fato verdadeiramente revoltante, envolvendo uma repórter da Rede Globo de Televisão, a Senhorita Glória Maria, e o Rio Othon Palace, um dos hotéis mais luxuosos do Rio de Janeiro.

Aquela profissional de Imprensa, aliás uma das mais brilhantes que militam no campo da reportagem televisada, foi impedida de entrar no referido hotel, única e exclusivamente por ser pessoa de cor.

O fato surpreende, mas mais do que surpreende, revolta. O preconceito racial, como manifestação de certos indivíduos, ou segmentos de determinadas classes sociais, existe no Brasil, lamentavelmente.

Contamos com uma legislação impeditiva, infelizmente até hoje mais no papel do que utilizada na prática, consubstanciada no diploma legal denominado Lei Afonso Arinos.

Entretanto, quando vem a lume o cerceamento dos direitos de um cidadão, no caso, a cidadã Glória Maria, desnecessário se faz considerar que se trata de uma jornalista da melhor qualidade, pertencente aos quadros de uma grande rede de televisão. O que importa, é a ofensa que se faz a uma brasileira, e a humilhação que se pretende impingir a um ser humano, discriminando-o por sua cor.

Entendemos Sr. Presidente, que o preconceito e a discriminação racial não deve ser apenas condenada em tese, mas que se faz necessário um combate ativo, exemplar, punindo-se atitudes criminosas como a perpetuada pelo gerente daquele estabelecimento hoteleiro, não só para mostrar à ofendida que neste País discriminar por motivos de raça, cor ou credo é crime, mas para ensinar ao mundo que, neste País, lutamos até às últimas consequências pelo estabelecimento de uma democracia racial em que todo o cidadão seja respeitado, e jamais tolhido em seus direitos porque o pigmento de sua pele não é do agrado de minorias que representam, ainda, mas esperamos que por pouco tempo, os mais rançosos conceitos nazistóides de superioridade racial.

Requeiro que a Mesa desta Casa, ouvido o Plenário,

manifeste à Repórter Glória Maria, e à Rede Globo de Televisão, sua integral solidariedade, e que se telegrafe ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, solicitando que aquela pasta tome todas as providências cabíveis para que neste caso, seja aplicada com o rigor necessário, a Lei Afonso Arinos, que pune os crimes de discriminação racial.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1980

(a) ERONDY SILVÉRIO.

APOIAMENTO: Adalberto Daros, Airton Cordeiro e João Mansur."

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério, quero me congratular com Vossa Excelência, mesmo porque nós vimos na imprensa esse lamentável fato que ocorreu e gostaríamos de pedir a Vossa Excelência que, em nome da minha Bancada, eu subscrevesse o requerimento, para que pudéssemos externar também a nossa opinião, tão bem emitida por Vossa Excelência dessa tribuna.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Para mim constitui uma honra que Vossa Excelência subscreva o requerimento.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Na oportunidade, queremos cumprimentá-lo pela feliz iniciativa de manifestar-se sobre o episódio, e queríamos também, em nome da nossa Bancada, prestar a nossa solidariedade ao expediente, e dizer que reprovamos totalmente o comportamento do gerente daquele hotel.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — da mesma forma também se constitui uma honra a solidariedade da valorosa bancada do PMDB.

O segundo assunto, Sr. Presidente, acabo de receber do nobre Deputado Airton Cordeiro, Vice-Líder do PDS nesta Casa; a comunicação em que ele faz ciência à Bancada que "representou o nosso partido, na reunião realizada sob a promoção do PMDB. Na ocasião em que estiveram presentes os representantes do PMDB, PP, PT e PDS, para discussão dos assuntos relacionados com as eleições municipais marcadas para o corrente ano.

"Embora o nobre Deputado Airton Cordeiro no fecho do seu ofício nos comunique que não participou das decisões finais da mencionada reunião, por ter que ausentar-se do Plenário daqueles trabalhos, nós acreditamos que, se lá estivesse presente faria sentir, aos participantes daquela reunião, que não é outro o desejo da bancada do PDS, de todos os Deputados do PDS, a realização das eleições municipais para este ano.

Ouvimos com atenção, há pouco ainda, o discurso do nobre Deputado Deni Schwartz, com o qual concordamos em alguns tópicos.

Também ouvimos o pronunciamento que Sua Excelência fez, na última sexta-feira, quando criticou a atitude do Deputado Norton Macedo, Presidente do nosso Partido, na Seção Regional, por ter afirmado, em entrevista, que as eleições não seriam realizadas em virtude de consultas feitas nas bases políticas de toda a Nação.

E naquela oportunidade, o nobre Deputado fez crer à Casa que estaria faltando com a verdade o Presidente do PDS do Paraná, que as consultas poderiam ter sido feitas apenas aos políticos integrantes do PDS. Não é verdade. O Deputado Norton Macedo tem um levantamento feito em toda a Nação, entre todos os partidos políticos, na época ARENA e MDB, evidentemente. Mas, agora, em pesquisa recente, entre todos os partidos políticos, aquela enquête, aquela consulta que se fez, está a disposição do nobre Deputado Deni Schwartz, que pode-

rá ver que, diversos setores, do seu Partido, se manifestaram pela transferência das eleições do corrente ano.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Fico feliz, Deputado Erondy Silvério, ao sentir o posicionamento também de Vossa Excelência que, aliás, diga-se, para fazer justiça, é um homem também marcado por eleições, em nosso Estado.

Naquela reunião promovida pelo PMDB, e para qual este Parlamentar foi solicitado por Vossa Excelência para comparecer e representar a Bancada, deixamos muito clara uma posição que, na ocasião, mencionamos, era pessoal.

Mas, vejo Vossa Excelência endossar neste momento, a realização do pleito, neste ano de 1980.

Ao mesmo tempo em que externo esta minha felicidade quero cumprimentar Vossa Excelência pela apresentação de um requerimento que tem um sentido humano tão alto, tão grande, como aquele que Vossa Excelência hipoteca solidariedade à jornalista Glória Maria.

Devo manifestar que, quando assisti a televisão e vi a própria repórter fazer a denúncia, fiquei horrorizado por saber que um País como o nosso, pobre, se dá ao luxo de discriminar seres humanos simplesmente por não terem a cor branca.

Meus parabéns e muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Os sentimentos de Vossa Excelência, naquele instante, pode ter certeza, foram de toda a Nação Brasileira, exceto de uma minoria.

Agradeço a solidariedade de Vossa Excelência.

E como terceiro assunto, Sr. Presidente, ouvimos com atenção as palavras do nobre Deputado Daros, Líder do PTB, com relação à emenda que apresentamos.

Realmente, ela poderia ser extensiva a todo funcionalismo público.

Entretanto, o veto do Sr. Governador da época, Sr. Jayme Canet Júnior, à Lei de Reciprocidade votada nesta Casa, deve-se tão somente a posição intransigente do Governo Federal, mais precisamente do então Ministro da Previdência Social, que não concordava em aceitar aquela Lei, porque é evidente que a Previdência Social teria que assumir a sua parte na contagem, na remuneração do tempo de serviço dos filiados à Previdência Social, porque todos sabem, o próprio nome da lei já diz - reciprocidade - quer dizer, contar ao funcionário público o tempo que ele dedicou às atividades privadas, e ao comerciante, o tempo que porventura houvesse dedicado às funções públicas.

É uma questão controvertida, embora das mais justas. É evidente que terão que ser queimadas diversas etapas, até que se consiga, o que disse com muita justiça, o nobre Deputado Adalberto Daros, neste plenário.

É realmente imperioso que se reconheça todo trabalhador brasileiro, independente da sua categoria social.

O tempo de trabalho, que é a coisa mais justa, mais humana, mais sagrada que possa existir, e nós quando dissemos que não inovamos ao apresentar a nossa emenda, que foi apresentada dentro do que dispõe o Regimento Interno da Casa, foi apresentada em 2a. discussão, foi discutida em 2a. e 3a. discussão, votada em 2a. e 3a. discussão, requerimento pedindo dispensa de publicação de redação final, num projeto, numa mensagem pertinente, que podia, perfeitamente, dentro das normas regimentais, aceitar a referida emenda.

E o que é mais importante, não procedem as acusações da imprensa, do noticiário da imprensa, de que teria havido ingerência do Sr. Governador do Estado, na apresentação dessa emenda, porque a minha atuação nesta Casa, desmente realmente esses jornais, porque nunca fui homem de aceitar imposição. Fui homem que sempre tomei atitudes dentro desta Casa, de acordo com as minhas convicções pessoais e achei que apenas se restabeleceria, sem me ater nos demais aspectos

políticos da Emenda, mas apenas no aspecto humano. Seria restabelecer o que dispõe a Lei 315 de 19-12-49, modificada pela Lei 6.153 de 25.07.67.

Então não se inovou nada, apenas se corrigiu uma injustiça cometida a determinada classe funcional do Paraná.

Essas as explicações que eu tinha o dever de prestar à Casa, primeiro para resguardar também o nome do Sr. Governador do Estado, que não costuma ter ingerências no Poder Legislativo.

Durante estes 15 meses em que nós exercemos a Liderança do Governo nesta Casa, somos testemunha que jamais o Sr. Governador do Estado procurou exercer a menor influência nas decisões parlamentares desta Casa.

Reserva-se àquilo que lhe conferem as Constituições do Brasil e do Estado, vetando o que lhe pareça passível de veto e sancionando aquilo que no seu entendimento considera útil à vida do Estado do Paraná.

Sempre houve respeito do Governador Ney Braga pelas deliberações do Poder Legislativo.

Esse testemunho preciso dar para que fiquem desmentidas de uma vez por todas, as afirmações de certa imprensa de que foi o Sr. Governador do Estado quem teve interferência na apresentação dessa Emenda.

Absolutamente. Ela é de minha autoria e já não assumo mais a responsabilidade dela, mas todo o Poder Legislativo deve assumi-la, porque votou por unanimidade, sem nenhum protesto, sem nenhuma observação, sem nenhuma manifestação de crítica ou de apoio, razão pela qual me considero neste instante, obrigado a prestar estes esclarecimentos à Casa e ao povo do Paraná.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu só gostaria de fazer um reparo ao seu pronunciamento com referência à colocação que Vossa Excelência fez da pesquisa que o eminente Deputado Norton Macedo deu conhecimento a toda a Nação brasileira.

Digo a Vossa Excelência de que ela não procede, porque as partes interessadas é que foram consultadas e não prefeitos e vereadores.

O povo realmente não foi consultado se queria ou não eleições.

Era só esse o reparo que queria fazer a Vossa Excelência e agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a gentileza do aparte e poderia até concordar em parte com Vossa Excelência, se nós, porventura, não estivéssemos aqui, nós os prefeitos, os vereadores eleitos em pleito livre e secreto, não estivéssemos representando o povo.

É verdade que se prefeitos, vereadores, deputados se manifestaram, parcela significativa da população brasileira se manifestou.

Agora concordo em parte. Isso é muito subjetivo. Vossa Excelência traz uma questão subjetiva à Casa.

O Sr. Darcy Deitos — Não, objetiva.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não sei se eram interessados ou não, apenas representam parcela significativa do povo brasileiro, como Vossa Excelência também representa, principalmente o povo da região de Campo Mourão que Vossa Excelência tem lutado tanto pela emancipação econômica da Região.

Vossa Excelência é um lídimo representante do povo, quando fala aqui, fala em nome daquela parcela do povo.

Portanto, se Vossa Excelência tem interesse ou não em determinadas questões para mim, é subjetivo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 180/79, que proíbe o uso do fumo em transporte coletivo intermunicipal e em estabelecimentos de ensino público Estadual. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 180/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica expressamente proibido fumar nos veículos de transporte coletivo intermunicipal e no interior de estabelecimentos de ensino público estadual.

Art. 2.º — O Poder Executivo, mediante Decreto, regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, podendo prever a imposição da retirada do recinto em que se encontram ou multas até o valor de 3 (tres) Unidades Padrão de Capital aos infratores e a empresa concessionária, ou, ainda, penalidades administrativas aos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino público estadual que não atenderem às normas previstas para o fiel cumprimento do artigo anterior.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980.

(aa) **GILBERTO CARVALHO**, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 191/79, que dá nova redação ao Art. 45 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973. (Que dispõe sobre a Lei Orgânica dos Municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 191/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 45 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, passa a ter a redação seguinte:

“Art. 45. Dependerão do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previstos nesta lei as deliberações sobre:

- I - rejeição de veto;
- II - rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente;
- III - aprovação de representação sobre modificação territorial, sob qualquer forma, bem como sobre alteração do nome;
- IV - proposta à Assembléia Legislativa para transferência da sede do Município.”

Art. 2.º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2 de junho de 1980.

(aa) **GILBERTO CARVALHO**, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 9/80, (Mens. Gover. n.º 09/80), que objetiva autorizar o Poder Executivo fazer reverter, mediante doação, ao Município de Califórnia, as datas de terrenos sob números 05, 06, 07, 10, 11 e 12, da quadra n.º 15, com área total de 2.356 m² (dois mil, trezentos e cinquenta e seis metros quadrados), situados na Planta Jardim Sant'Ana, no referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 9/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Califórnia, as datas de terras sob n.ºs 05, 06, 07, 10, 11 e 12, da Quadra n.º 15, com a área total de 2.456,00 m², situados na Planta Jardim Sant'Ana da cidade do mesmo nome, adquiridas pelo Estado do Paraná, do referido município, por escritura pública de doação, lavrada em 07.03.69, pelo Tabelião de Califórnia transcrita sob n.º de ordem 11.025, do Livro 3-L, de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Marilândia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2 de junho de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 13/80, que cria o Distrito Administrativo de Ivaté, no Município de Umuarama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 13/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Umuarama, o Distrito Administrativo de Ivaté, com as divisas seguintes:

— Inicia na margem direita do Ribeirão 215, na foz do Córrego do Bugre; segue por este água acima até sua nascente; daí por linha seca pela divisa do lote 98, da Gleba Ivaté e do lote n.º 1 da Gleba Barro Preto até a Estrada de Ivaté Herculândia; por esta até a divisa dos lotes 99 da Gleba Ivaté e do lote 72 da Gleba Barro Preto, por esta em linha seca até atingir a nascente do Córrego do Índio e por água abaixo até sua foz, no Ribeirão Indovaí, segue o mesmo água acima até a foz do Córrego Jacutinga; segue em linha seca até a estrada Piava (ex-boiadeira); nas proximidades do Aeroporto segue pela dita Estrada rumo Umuarama, até o Ribeirão Vale Verde; e por este água abaixo até o Ribeirão 215; finalmente pelo Ribeirão 215, água abaixo até a foz do Córrego Bugre, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2 de junho de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 15/80, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Cientista Alberto Sabin.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 15/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido ao Cientista ALBERT SABIN, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2 de junho de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/80, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que reconhece como Órgão oficial de Representação da Classe junto a este Poder Legislativo, a CABENFALE — Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 30/80), que aprova os convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e municípios nominados, objetivando a recuperação de bens públicos danificados pela ação das chuvas caídas em outubro e novembro de 1979. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 33/80), que aprova o convênio celebrado entre a União, através de Órgãos que especifica e o Governo do Estado do Paraná, objetivando dar continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira com os Estados, Territórios, Municípios e o Distrito Federal. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 32/80), que aprova o termo de convênio de cooperação e compromisso entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e o Município de Cascavel, objetivando a execução das obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 31/80), que aprova convênio de cooperação e Compromisso entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e o Município de Apucarana, objetivando a execução das obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/80, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 1978. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do item III, do Art. 22 da Constituição do Estado,

aprova a seguinte

RESOLUÇÃO

Artigo único — São aprovadas as contas do Governador do Estado, apresentadas através do Balanço Geral, referente ao exercício FINANCEIRO de 1.978.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1979.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN, Presidente;
DAVID FEDERMANN, Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO N.º 83/79

PARECER

A presente proposição, originária do Ofício n.º 394/79, do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, bem como o Relatório do Tribunal de Contas, correspondente ao exercício financeiro de 1.978.

Em parecer prévio publicado e anexo ao presente, o Tribunal de Contas do Estado, após aprofundados estudos, pronunciou-se favorável à sua aprovação.

Na análise do Balanço Geral do Estado, encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, temos que pela Lei de Meios, aprovada para o exercício de 1978 (Lei n.º 6.963, de 28 de dezembro de 1977 - Orçamento Geral do Estado) a receita e a despesa foram estimadas em Cr\$ 18.410.460,000,00 (dezoito bilhões, quatrocentos e dez milhões, quatrocentos e sessenta mil cruzeiros).

Verificando-se às fls 11, da Inspeção Geral de Controle do Tribunal de Contas, temos a destacar que, a arrecadação nesse exercício apresentou um "deficit" de arrecadação de Cr\$ 195.536.606,56 (cento e noventa e cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e seis cruzeiros e cinquenta e seis centavos) em relação ao total da receita inicialmente prevista, correspondendo ao índice percentual de 98,68 por cento.

Às fls 73 — Dos resultados, constatamos que a execução orçamentária da administração direta acusa o "deficit" de Cr\$ 106.404.216,59 (cento e seis milhões, quatrocentos e quatro mil, duzentos e dezesseis cruzeiros e cinquenta e nove centavos), contudo, deve ser evidenciado que, no exercício considerado, houve aplicações, em despesas de capital, na ordem de Cr\$ 6.587.887,92 (seis bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e sete cruzeiros e noventa e dois centavos), correspondente a 44,47 por cento da despesa geral.

Deve-se salientar, conforme demonstrou o parecer do Tribunal de Contas, fundamentado no laudo técnico, que, na execução orçamentária, face à não implantação total da Reforma Administrativa, deixaram de ser observadas certas normas básicas que são previstas pela Legislação Federal reguladora da matéria.

Porém, isso não impediu que o mesmo Tribunal de Contas opinasse pela aprovação do Balanço apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 1.978.

Isto exposto, o nosso parecer é pela APROVAÇÃO do Balanço Geral do Estado, apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício de 1.978, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1979.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN, Presidente;
DAVID FEDERMANN, Relator.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem. Tenho uma dúvida, Sr. Presidente. (Assentimento).

A dúvida que me move é a seguinte, Sr. Presidente, as assinaturas dos componentes da Comissão de Tomada de Contas estão no projeto de resolução não é? Enquanto que no parecer só tem as assinaturas do relator e do Presidente. Estas se referem

às contas de ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — 1978, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Não tem o parecer de 1977, pelo menos aqui na Ordem do Dia.

O SR. DARCY DEITOS — Estas contas foram aprovadas por maioria de votos e não por unanimidade.

Talvez tenha havido algum engano no Departamento Legislativo, a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado Deni Schwartz que o Projeto de Resolução n.º 15/80 consta a apreciação de contas referentes ao exercício de 1977.

O SR. DENI SCHWARTZ — É que nesta Ordem do Dia está invertido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão o Projeto de Resolução n.º 14/80. Em votação. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/80, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova contas do Governador do Estado referente ao exercício financeiro de 1977. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do item III, do Art. 22 da Constituição do Estado, aprova a seguinte

RESOLUÇÃO

Artigo único — São aprovadas as contas do Governador do Estado, apresentadas através do Balanço Geral referente ao exercício financeiro de 1977.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1980.

(aa) DARCY DEITOS, Presidente;
AGUINALDO PEREIRA LIMA, Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO N.º 148/78

PARECER

A presente proposição n.º 148/78, originária do Ofício n.º 215/78, do Poder Executivo e Ofício n.º 275/78, do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando a esta Casa de Leis, o Balanço Geral do Estado, bem como Relatório do Tribunal de Contas, correspondente ao exercício financeiro de 1977.

Em parecer prévio publicado e anexo ao presente, o Tribunal de Contas do Estado, após aprofundados estudos, pronunciou-se favorável à sua aprovação.

As especificações e montantes dispendidos nos diversos setores atinentes à Administração Pública, bem demonstram o equilíbrio que orientou a filosofia de Governo durante o exercício financeiro, cujas contas, ora se examinam.

Isto posto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO do Balanço Geral do Estado, apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 1977, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1979.

(aa) DARCY DEITOS, Presidente;
AGUINALDO PEREIRA LIMA, Relator.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Nós queremos, por respeito até da maneira como temos nos conduzido até aqui, fazer uma pequena observação, porque solicitamos a retirada dos requerimentos em discussão e o de nossa autoria, que ontem levamos à tribuna, quando da presença do Sr. Lysis Aloé, Presidente da Associação Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas, no XII Congresso do Codex Alimentarius, ora se realizando na Holanda.

Sr. Presidente, de público faço esta colocação, pedindo a retirada deste requerimento e a minha intenção é a retirada temporária, em razão de que na segunda-feira quando os informes a respeito vieram às minhas mãos, tomei a cautela de manter alguns contatos telefônicos, para aferir a veracidade da questão.

E, na sede da própria AGAPAN, que é a maior entidade hoje no Sul do País, no trato dos assuntos de Ecologia e Meio Ambiente, a esposa do ilustre agrônomo e conceituado defensor do consumidor brasileiro, nas causas da natureza, Dr. José Tutzenberg, acabaram nos confirmando da ida deste cidadão, representando o Brasil naquele Encontro.

Ocorre, Sr. Presidente, que esta foi a informação veiculada no País, mas que apenas hoje, não se sabe por que intenções, acabou-se afirmando em São Paulo de que esse referido cidadão desta feita, não teria ido ao Congresso Internacional, que exatamente representa as indústrias que estão hoje fabricando os defensivos agrícolas que contaminam o alimento, e portanto, geram uma série de deficiências na qualidade do produto consumido, nos últimos 4 anos, esta entidade chamada AND-WERF fora representar o Brasil na delegação brasileira.

E dos últimos 4 anos, dos três quem compareceu foi exatamente o Presidente, Sr. Lysis Aloé. Como desta feita, apenas hoje pela manhã se confirmou, oficialmente, aquilo que até ontem, era corriqueiro e já era normal, até conforme temos em mãos uma nota oficial da AGAPAN, que levantou a problemática e também preferimos retirar este requerimento até segunda ordem, para que nós não façamos não só uma ingratidão, no caso, mas também para não se praticar uma injustiça.

Em que pese, de resto, ficam todas as observações que fiz da tribuna, sobre o comprometimento nocivo desta entidade como também da indústria agro-química, fazendo com que nós tenhamos hoje no Brasil e tenho aqui o dado, a triste estatística de ser um dos maiores consumidores mundiais de venenos químicos na alimentação pois os brasileiros consomem inseticidas em quantidades 20 vezes superiores ao padrão máximo estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, que é de 0,005 miligramas por quilo/dia de alimentos ingeridos. E o Brasil consome 20 vezes mais, do que o padrão máximo estabelecido pela Organização Mundial da Saúde.

A razão, portanto, da nossa retirada, para que de público fique essa nossa disposição. Além do mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, segunda-feira estaremos apresentando nesta Casa um projeto que já está pronto e hoje por falta de vir à tribuna não o fizemos, para que se implante no Paraná o receituário agrônomo.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado.

A Mesa registra a presença, em plenário, dos Srs. Vereadores de Cambará, Salim Mattar, José Frediani, José Rodrigues Ferreira, Eurico de Almeida, Milton Pascoalino e Luiz Oschida (?). Satisfação do Poder Legislativo.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Fila Filho, ocorrido em Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, cons-

tante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Martins Ramos, ocorrido no Município de Alvorada do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação, encarecendo sejam efetuados estudos no sentido de que seja incluído no currículo escolar de 1.º e 2.º graus, o ensino de ecologia. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse da nova diretoria da Associação Comercial e Industrial de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Naeli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluída a estrada que liga os Municípios de Miraselva e Centenário do Sul no Plano Estadual de Asfaltamento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fideleino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo-lhes providências para que os servidores públicos do Estado possam cumprir compromissos assumidos junto ao Banco Nacional de Habitação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do Editorial sob o título "A Legalização do Bicho", publicado no jornal "Folha de Londrina". — **Aprovado.** (O editorial acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Segurança Pública, Procurador Geral da Justiça e Diretor da Polícia Civil, encaminhando cópia do editorial publicado pelo jornal "Folha de Londrina", sob o título "A Legalização do Bicho". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando o envio de telegramas aos Srs. Presidente da República, Ministros da Agricultura, Planejamento, Educação e Indústria e Comércio e outras autoridades, encarecendo total prestigiamto da criação da Universidade Rural, preferencialmente a ser localizada em Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com o apoio dos Srs. Deputados Adalberto Daros, Ailton Cordeiro e João Mansur, solicitando que a Mesa desta Casa manifeste à Repórter Glória Maria e à Rede Globo de Televisão, sua integral solidariedade e que se telegrafe ao Ministro da Justiça, encarecendo que aquela Pasta tome as providências cabíveis, que pune os crimes de discriminação racial. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria dos Transportes e ao DER, visando a pavimentação da PR-218, trecho Ribeirão do Pinhal - Jundiá do Sul, BR-153, Guapirama, através do Programa BID-2. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, em forma de sugestão e apelo para o enquadramento de 149 servidores da Secretaria das Finanças, na Lei nº 7051. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 09, à

hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 14 e 15/80.
1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 36 e 37/80, e de Lei n.ºs 67, 115, 194/79, 31, 42 e 46/80.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 04 DE JUNHO DE 1980.

"A LEGALIZAÇÃO DO "BICHO"

O Vereador Naym Libos propôs que a Câmara de Londrina, officie ao Presidente Figueiredo, sugerindo que o Chefe da Nação legalize de vez a contravenção chamada "Jogo do Bicho". A argumentação do Vereador já é conhecida de tão repetida: uma vez que a Polícia não pode conter a contravenção e levando em conta o fato de que o "bicho" é um elemento altamente corruptível, o remédio será legalizá-lo. Não falta à idéia o seu natural e infável complemento, que lhe confere um manto virtuoso: os recursos obtidos com esta nova fonte seriam revertidos para a assistência social.

.. A proposta é, para dizer o menos, infeliz. Peca pela base porque, fundamentalmente, fere os mais simples princípios da convivência social. Solicitar a legalização de uma contravenção porque não se pode combatê-la, é declarar a falência de autoridade. Que o "bicho" é corruptor, que atinge violentamente uma ampla esfera da Polícia, é algo muito repetido. Mas, entender que a única saída para acabar com a contravenção seja sua legalização, é passar atestado de incapacidade à Polícia e de corrupção a todo o aparelho da Segurança. Isto sem falar em outras consequências, porque, se afinal só se pode vencer este determinado tipo de contravenção por sua legalização, talvez o ideal seria abolir toda a parte das contravenções penais de nosso elenco legislativo. Mesmo porque não é muito fácil combater a vadiagem ou evitar outras tantas figuras contidas naquele documento legal. E, em cada caso, há sempre a possibilidade da corrupção ativa e passiva, que seria facilmente evitada caso se abolisse as figuras contraventuais. Numa análise ainda mais ampla, poder-se-ia abolir todo o Código Penal, porque, como se sabe, não há Polícia no mundo que consiga evitar o crime de modo geral. Como tam-

bém é sabido que pode ocorrer muita corrupção aco- bertando ladrões, receptadores e até assassinos. Logo, sem sair um milímetro da tese do Sr. Naym Libos, como de tantos outros que já o precederam nesta trilha, poder-se-ia levar ao Presidente a grande sugestão: abolir o Código Penal e o Código de Contravenções Penais. E legalizar tudo, estabelecendo taxas para qualquer tipo de coisa que se queira fazer, o que representaria, sem dúvida, um reforço substancial aos cofres públicos, podendo, também, parte da arrecadação reverter para as obras assistenciais.

Naturalmente, é um absurdo sugerir a revogação das leis; como é também absurdo sugerir que se legalize um mal social, porque não se pode combatê-lo. Além do que, deve-se poder vencê-lo, sim, porque a autoridade não tem sequer o direito de se dizer impotente para conter o crime ou a contravenção. Tem razão o Vereador londrinense, quando diz que a existência do "bicho" contribui para desacreditar os poderes constituídos e a própria lei. Mas não será legalizando a contravenção que se alterará esta realidade. Pelo contrário, isto apenas representará o reconhecimento expresso da autoridade de sua incompetência.

.. O que as Câmaras Municipais precisam reclamar, o que os Deputados precisam pedir, o que toda a população deve exigir, é que a Polícia combata a corrupção e o crime, e dê segurança ao povo. Combater o "bicho", policiar a cidade, dar segurança ao cidadão, não é favor, é obrigação da autoridade. Se há corruptos, eles devem ser banidos. Dizer que se pretende afastar os delegados coniventes com o "bicho" e com outras modalidades de contravenção será tirar da carreira a maioria deles é até um absurdo. Mas se é fato, então que se o faça, porque é inconcebível que se mantenha um organismo policial que esteja — se for o caso — tão contaminado.

.. Ao invés de pretender legalizar esta modalidade, o que se deveria fazer era pugnar contra toda a jogatina, já legalizada e que é um dos mais sérios males que o País enfrenta, atualmente. Solapadora da vontade, um verdadeiro câncer social, a jogatina não traduz benefícios para ninguém. Nem para as entidades assistenciais que são, sempre, a fachada para justificar a imoralidade que é o jogo. Os milhões da Loteca, arrecadados semanalmente, não têm resolvido o problema dos asilos, das creches, dos orfanatos. Uma parcela bem pequena daquele dinheiro é filtrada para tais entidades. O mesmo ocorrerá se se legalizar o "bicho" ou os cassinos. E, por maior que seja a receita que vá para tais locais, será pequena ainda para pagar a infelicidade que o jogo produz, para atender aos órfãos, por causa do jogo, às famílias dissolvidas pelo mesmo motivo, à destruição moral e material de quem busca no jogo a fuga para a falta de outras opções de vida".